



**CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALTO SÃO FRANCISCO**

Ata da 85.ª Reunião Ordinária da  
Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco  
do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM  
Data: 15 de março de 2012, às 08:00 horas  
Local: Auditório SEST/SENAT  
Rua Martin Cypriem, 1.100 – Bairro Bela Vista – Divinópolis/MG

1 Conselheiros presentes: Luciano Junqueira Melo, Presidente Suplente da URC Alto São  
2 Francisco; Túlio Pereira de Sá, representante da Federação das Indústrias do Estado de  
3 Minas Gerais – FIEMG; Camilo de Lélis André Melo, representante da Federação das  
4 Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas  
5 Gerais – FEDERAMINAS; Marcos Antônio Ferreira Veloso, representante do Conselho  
6 Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais – CREA; Marcelo  
7 Ferreira Guimarães, representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos  
8 Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Francisco de Assis Braga, representante  
9 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES; Ronaldo de  
10 Azevedo Coimbra, representante Departamento Nacional de Produção Mineral –  
11 DNPM; Edécio José Caçado Ferreira, representante Federação da Agricultura e  
12 Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG; Wellington Dias Silveira, representante  
13 da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA; Dirceu de  
14 Oliveira Costa, representante Conselho Municipal de Meio Ambiente – CODEMA  
15 Pains; Mauro Ferreira Ellovitch, representante Ministério Público; Roberto Soares  
16 Nogueira, representante Comitê da Bacia Três Marias; Anaximandro Lourenço Azevedo  
17 Feres, representante Pontifícia Universidade Católica – PUC Minas –  
18 Arcos/Divinópolis; Lucélio Nativo da Assunção, representante da Secretaria de Estado  
19 de Desenvolvimento Econômico - SEDE; Eurípedes Guerra, representante Secretaria  
20 Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana – SEDRU; Marcos Antônio  
21 Vilela, representante Grupo Ar. - Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da  
22 URC Alto São Francisco – A reunião foi presidida pelo Superintendente da  
23 Superintendência de Regularização Ambiental Sul de Minas, Luciano Junqueira Melo e  
24 deu início a reunião com a execução do Hino Nacional. – **Item 1 - Execução do Hino**  
25 **Nacional Brasileiro.** – Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São  
26 Francisco – Comunicou as novas alterações na SUPRAM Alto São Francisco. “A Aline  
27 não é mais a Superintendente, acho que alguns conselheiros já têm ciência disso, ela foi  
28 assumir a vice-presidência da FEAM. A nova Superintendente é a Paula, que já era  
29 Diretora Técnica. Dando reconhecimento e mérito do que ambas vinham fazendo.  
30 Quem está assumindo o lugar da Paula é o Jorge, o novo Diretor Técnico também. Já é  
31 um técnico de experiência que vai dar suporte a vocês.” Solicitou aos conselheiros para  
32 tratar, dentro do Comunicado dos Conselheiros, sobre uma apresentação do conselheiro  
33 Marcos relativo às obras do Hospital Municipal de Divinópolis. - **Item 3. Comunicado**  
34 **dos Conselheiros.** – Camilo de Lélis André Melo – Representante FEDERAMINAS –  
35 Saudou a nova superintendente em nome de todos os conselheiros. “Gostaria de  
36 observar também o seguinte. Não sei se vocês já repararam a maior movimentação de  
37 técnicos de todas as SUPRAM`s para Belo Horizonte tem sido da nossa. Aprende aqui.



38 *Fica afiadinho. Num instantinho eles levam embora. Eu fico satisfeito porque o*  
39 *crescimento pessoal, dos funcionários. Eu acho que o caminho é esse mesmo, mas por*  
40 *outro lado lamento, porque já está o funcionário afinado conosco, nos atendendo na*  
41 *SUPRAM com essa educação que é peculiar a toda a equipe e nós lamentamos essa*  
42 *perda. Por outro lado é o crescimento de todos. Parabéns pelo seu novo cargo. Muito*  
43 *obrigado.” – Anaximandro – Representante PUC Minas/Arcos – Parabenizou a nova*  
44 *superintendente e cumprimentou a Aline. “A Aline substitui outro técnico que muito*  
45 *trabalhou pelo SISEMA e continua trabalhando que é o professor Alexandre Magrinelli*  
46 *que não sai do SISEMA, mas agora deixa a vice-presidência da FEAM que certamente*  
47 *será muito bem substituído pela nossa querida Aline. Só queria constar em ata, essa*  
48 *observação por parte da PUC Minas. Muito obrigado.” – Paula – SUPRAM ASF –*  
49 *Agradeceu a todo o conselho pela confiança no trabalho dela. – Isabela – SUPRAM*  
50 *ASF – Parabenizou a nova superintendente em nome dos técnicos da SUPRAM-ASF e*  
51 *informou alteração na composição do conselho. “A Secretaria de Estado de*  
52 *Desenvolvimento Regional e Política Urbana – SEDRU, possui novos representantes no*  
53 *Conselho. A composição antiga era o titular o senhor Carlos Edésio Caetano, primeiro*  
54 *suplente Antônio Maria Claret Ribeiro e segundo suplente Eurípedes Guerra. A*  
55 *composição atual terá como titular Eurípedes Guerra, primeiro suplente Gilberto Silva*  
56 *e segundo suplente Rosângela Pereira Gontijo. A senhora Rosângela não pôde vir hoje,*  
57 *pelo menos foi o que ela comunicou a SUPRAM. Ela vai tomar posse em abril. O livro*  
58 *de posse vai vir até a mesa. Os conselheiros aqui assinem. Também, então, desejamos*  
59 *aos conselheiros, aos novos conselheiros que desenvolvam um bom trabalho no*  
60 *Conselho. Em nome da SUPRAM também dou as boas vindas. Também comunicar que*  
61 *o conselheiro Lessandro Gabriel da Costa, da Associação Ambientalista do Alto São*  
62 *Francisco entrou em contato ontem a SUPRAM para justificar sua ausência hoje, que o*  
63 *pai dele está internado.” – Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto*  
64 *São Francisco – Colocou em votação a apresentação que o conselheiro Marcos solicitou*  
65 *se aconteceria antes ou no final da reunião e com dois votos contrários a mesma foi*  
66 *realizada no início. – Marcos Vilela – Representante Grupo AR – “No momento agora,*  
67 *nós vamos estar apresentando toda uma situação de degradação ambiental que está*  
68 *ocorrendo na construção do Hospital Municipal de Divinópolis. Pode passar as fotos*  
69 *para o pessoal ter uma ideia. Esse é um curso d’água do Ribeirão do Engenho. É um*  
70 *canal que corta o fundo do Hospital onde está sendo construído o Hospital Municipal.*  
71 *Pode ir passando as fotos na sequência. Não precisa de parar não. Para vocês terem*  
72 *uma ideia de como era antes. Em outubro de 2010 começou o serviço de terraplanagem*  
73 *no Hospital. Olha nas primeiras chuvas que ocorreram, olha o que aconteceu. Um*  
74 *grande volume de terra está sendo acarreado para dentro do canal e do Ribeirão por*  
75 *causa dessas obras. Tanto da construção do Hospital quanto de drenagem no entorno*  
76 *do Hospital. Isso está trazendo um dano muito grande não só para os moradores do*  
77 *local que utilizam. Olha a lama lá no fundo. Que utilizam desse canal para dessedentar*  
78 *gado, horta. Uso direto. São vários moradores que utilizam dessa água. Esse canal já*  
79 *existia há quase 100 anos. Foi construído pela rede ferroviária, na época Rede Mineira*  
80 *de Viação, para abastecer as locomotivas a vapor. A situação é essa desde 2010. Nós já*  
81 *fomos em vários órgãos. Inclusive na Prefeitura. Fizemos toda uma cobrança, porque o*  
82 *licenciamento foi em nível municipal, mas só que dentro do licenciamento não houve*  
83 *nenhuma, dentro do projeto de licenciamento, alguma condicionante no sentido de*  
84 *mitigar esses impactos que estavam mais do que visto na época pela altura desses*  
85 *taludes que foram construídos. Nós estivemos no local. A SUPRAM esteve. Fez uma*



86 ocorrência. A Polícia Militar do Meio Ambiente esteve, fez uma ocorrência e as  
87 providências não foram tomadas até hoje. A cada dia a situação agrava mais. Nós  
88 estamos numa condição que nós não sabemos nem onde nós recorreremos mais. As obras  
89 continuam. Não tem ainda uma definição do tratamento do esgoto do Hospital. Todo  
90 esse material que está descendo provavelmente quando o Hospital estiver pronto a  
91 água de chuva do pátio vai escoar totalmente para dentro desses canais que abastecem  
92 as chácaras e o próprio Ribeirão que está acima da captação de água da COPASA.  
93 Nós estamos preocupados. Queremos uma providência. Se for o caso, não sei como que  
94 nós vamos estar agindo. Dependendo da situação até em nível de Ministério Público,  
95 porque a Prefeitura está convivendo com a situação, usando o argumento que é uma  
96 construção de utilidade pública, mas pelo fato de ser uma construção de utilidade  
97 pública não justifica outras pessoas terem que conviver com um dano ambiental igual a  
98 esse. Nós pedimos ao conselho, se possível tomar alguma iniciativa, alguma  
99 providência de nós estarmos sanando esses problemas, porque o impacto ficou. Agora,  
100 com toda essa situação tem que haver uma drenagem, uma limpeza. Olha como era  
101 antes a situação. Quer ver? Volta uma antes por favor e volta aquela foto só para o  
102 pessoal ver. Olha o canal como está todo cheio de lama e como era antes a água que  
103 corria nesse curso. O senhor entendeu? Nós ficamos abismados de ver um problema  
104 que foi identificado antes das construções do início da própria terraplanagem. Nós  
105 ficamos indignados de ver que providência nenhuma foi tomada para poder mitigar  
106 esse impacto e até agora, ninguém está tomando providência nenhuma para resolver de  
107 vez a situação. Nós queremos pedir que o conselho e o próprio Ministério Público tome  
108 alguma providência nesse sentido. Vamos passar para o texto? Para a justificativa, por  
109 favor? A derivação do córrego do Engenho foi construída pela Rede Ferroviária  
110 quando da implantação da linha férrea com direção a Lavras para abastecimento de  
111 água aos seus funcionários e máquinas. Danos ambientais pelas chuvas. Carreamento  
112 de terra cobrindo a vegetação de APP, soterramento de mudas e nascentes,  
113 assoreamento da calha do curso d'água, entupindo manilhas, interrompendo o  
114 fornecimento de águas aos usuários da região, invasão pela enxurrada com lamas,  
115 entulhos de residências próximos a construção. Tentativa dos usuários para solução do  
116 problema e resultados obtidos. Diretamente, junto a construtora os funcionários  
117 ouviram, lamentaram o fato e mandaram colocar alguns sacos de plástico com saibro  
118 para contenção da lama, mas sem efeito prático. Junto a Secretaria Municipal de  
119 Obras nenhuma iniciativa foi tomada e junto também com a Secretaria de Meio  
120 Ambiente que nós já estamos aguardando tem mais de 70 dias uma resposta do técnico,  
121 do Secretário de Meio Ambiente em relação a vistoria no local. Até hoje não foi feita  
122 essa vistoria. Junto a Câmara Municipal gerou um telefonema ao Afonso Salgado que  
123 enviou um ofício pedindo a construtora que evitasse a repetição do (inaudível). Nada  
124 além. Junto a SUPRAM também, nós fizemos e resultou numa vistoria gerando um auto  
125 de fiscalização sem qualquer aplicação prática. Também junto a Polícia Ambiental que  
126 produziu um boletim de ocorrência, mas também não passou disso. Provavelmente deve  
127 estar na Promotoria do Meio Ambiente em Divinópolis. Como o local era antes do  
128 início das obras para a construção do Hospital Municipal e os estragos provocados  
129 pelas chuvas decorridos da falta providências dos órgãos públicos. Como o local era  
130 antes do início das obras para a construção do Hospital Municipal e os estragos  
131 provocados pelas chuvas decorrentes da falta providencie as, da falta de providência  
132 dos órgãos públicos. Em resumo, todos os órgãos técnicos legalmente constituídos para  
133 atuarem na proteção do Meio Ambiente nos âmbitos Estadual e Municipal foram



134 *acionados. Visitaram o local, mas nenhuma iniciativa prática foi tomada. Em função*  
135 *disso, a ONG Grupo AR Ação Renovadora que se encontra presente onde as coisas*  
136 *acontecem, porque atua diretamente na fonte, convivendo com a realidade da*  
137 *população traz o problema aos conhecimentos dos nobres conselheiros para que saia*  
138 *daqui uma deliberação sobre o fato. O Grupo Ar Ação Renovadora em nome dos*  
139 *moradores, dos usuários ou não da água do Córrego do Engenho residente no bairro*  
140 *Realengo e Comunidade da Turma do 48 agradecem o espaço e pedem a intervenção*  
141 *do conselho para colocar um ponto final nesse caso.” – Wellington – Representante*  
142 *SEAPA – Sugeriu ao conselheiro que os técnicos avaliassem a situação do*  
143 *empreendimento. “Eu acho que ninguém melhor que os técnicos da SUPRAM para*  
144 *poder dar uma analisada nesse caso e após isso nós levamos ao conhecimento até do*  
145 *próprio Ministério Público. Eu acho que quem deve ter mais competência para atuar*  
146 *nesse sentido, para que não fique só também na questão do dano causado, mas se pode*  
147 *haver alguma solução, se tem como haver. Eu acho que deve ter como haver uma saída*  
148 *mais fácil do que a própria punição. Eu acho que quem vai perder é o próprio*  
149 *ambiente. Não sei como funciona isso, mas se pudesse fazer um pedido a SUPRAM e ao*  
150 *Ministério Público que abrisse, não sei, uma sindicância alguma coisa para avaliar.” –*  
151 *Francisco de Assis Braga – Representante ABES – Manifestou a opinião dele: “Nós*  
152 *criamos uma coisa chamada avaliação de impacto ambiental. Não estamos falando*  
153 *aqui de EIA RIMA, nem PCA RCA. Estamos falando de avaliação de impacto ambiental*  
154 *que é um processo em que estudos ambientais fazem parte e também o controle*  
155 *ambiental. Provavelmente, foi feito um estudo ambiental, vamos dizer assim avaliando*  
156 *os possíveis impactos. Exatamente para não chegarmos a danos. Existe uma diferença*  
157 *entre impacto e dano. O dano é constatável. O impacto é previsível e mitigável. O*  
158 *estudo é exatamente para isso. Como disse o Dr. Mauro um dia, quando nós, numa*  
159 *outra reunião que nós falamos. Nós não podemos elaborar um estudo ambiental*  
160 *simplesmente para obter o licenciamento e guardá-lo na gaveta. Se ele for guardado na*  
161 *gaveta poderá acontecer em todo o empreendimento a manifestação dos impactos na*  
162 *forma de danos. Nós simplesmente cumprimos um formalismo, um compromisso do*  
163 *empreendedor para com a sociedade conter as externalidades ambientais que são os*  
164 *impactos negativos da sua atividade. Porque o conjunto da sociedade não pode arcar*  
165 *com esta responsabilidade. Quando nós começamos a estudar desde a década de 70 a*  
166 *questão ambiental e colocou-se o estudo é exatamente para não chegarmos a esse*  
167 *ponto. Na verdade, deveria haver uma fiscalização no acompanhamento da obra pelo*  
168 *órgão licenciador e fiscalizador para que verifique se as medidas mitigadoras e de*  
169 *controle ambiental previstas no estudo ambiental estão sendo cumpridas. Caso não,*  
170 *tomar as iniciativas, inclusive com o próprio embargo da atividade até que as medidas*  
171 *sejam tomadas. É lamentável nós chegarmos num ponto desse. Em que impacto*  
172 *transformou-se em dano quantificável. Nós ficamos como se fosse um mero processo*  
173 *burocrático. Entra-se com os papéis, carimba, obtém-se a licença e a pessoa pode*  
174 *então construir e edificar, mas não se verifica se o que foi previsto no licenciamento de*  
175 *controle, de medida mitigadora realmente está sendo aplicado lá na construção ou*  
176 *depois na operação do empreendimento. Nesse caso nós passamos a ser um mero*  
177 *sistema burocrático de despachante de conceder licenças e essas licenças estão rolando*  
178 *sem controle nenhum.” – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério*  
179 *Público – Parabenizou ao conselheiro pela apresentação. “É importante mesmo esse tipo*  
180 *de notícia de dano ambiental grave desse jeito. Tem que ser trazida a sociedade e ao*  
181 *Ministério Público. Eu não sei, pessoalmente, pelo que o Marcos falou isso daí já foi*



182 *apresentado a Promotoria de Meio Ambiente aqui de Divinópolis. Eu, pessoalmente,*  
183 *não tinha conhecimento do caso. Eu estou aqui fazendo compromisso de me colocar a*  
184 *disposição para atuação conjunta. Vou procurar o Promotor de Meio Ambiente aqui*  
185 *para tentar auxiliá-lo. Eu queria pedir uma cópia integral dessa apresentação, de*  
186 *preferência colorida para eu poder instruir os autos. Uma cópia do auto de fiscalização*  
187 *da SUPRAM e se o conselho tiver, que nem o Wellington colocou aqui, quiser se*  
188 *manifestar ou fizer aqui votar um pedido de providência para o Ministério Público,*  
189 *para nós vai ser até bom. Me coloco aqui a disposição. Já me estou em comprometendo*  
190 *a atuar, mas se vier também o pedido de providência nesse conselho, sempre será bem*  
191 *vinda.” – Paula – SUPRAM ASF – Esclareceu: “Após a denúncia do Marcos aqui no*  
192 *conselho, a equipe técnica procedeu a vistoria até o local. Foi constatado não só o*  
193 *problema do hospital, mas como o problema de drenagem também do próprio sistema*  
194 *de rede do município. Nós já fizemos o auto de fiscalização, porém, por não ser uma*  
195 *competência da SUPRAM, por não ser um empreendimento licenciável, nós ficamos de*  
196 *pé e mão atados e encaminhamos todos os laudos, todos os relatórios para a*  
197 *Subsecretaria de fiscalização. O que eu posso propor também para ajudá-los a apurar*  
198 *o caso é encaminhar uma cópia da ata da nossa reunião para a Prefeitura e para o*  
199 *Ministério Público para ciência de que a denúncia foi feita aqui nessa reunião.” –*  
200 *Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público – Solicitou fazer dois*  
201 *registros: “Primeiro um alerta que esse tipo de coisa é o que acontece geralmente*  
202 *nesses licenciamentos municipais quando a Prefeitura não tem, como o Professor*  
203 *Francisco colocou muito bem, pessoal técnico habilitado para avaliar um estudo de*  
204 *impacto ambiental, um plano de controle ambiental ou qualquer outro tipo de*  
205 *avaliação. Por essa razão que eu tenho toda a reticência do mundo com essas*  
206 *tentativas de flexibilização e legislação ambiental e de conceder competência para*  
207 *determinados municípios não tem a capacidade de suportar. Segundo, também, já*  
208 *aproveitar aqui e pedir, deixar registrado aqui o pedido de providência da Secretaria*  
209 *de Fiscalização. Infelizmente, eu não sei se pela, muito provavelmente pela falta de*  
210 *pessoal suficiente para atender, falta de estruturação do estado, mas tem sido uma*  
211 *queixa geral aqui na região a falta de eficiência no atendimento para a Subsecretaria.*  
212 *Aproveito aqui para registrar meu pedido de providência.” - Luciano Junqueira Melo -*  
213 *Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Esclareceu alguns pontos: “Vão ser*  
214 *tomadas as providências que diz respeito a situação apresentada, principalmente com*  
215 *encaminhamento ao Ministério Público das ações a serem tomadas. Não é competência*  
216 *da SUPRAM o licenciamento dessa atividade e sim da Subsecretaria de Fiscalização.*  
217 *Dr. Mauro, sobre o que a fiscalização tem a capacidade de atender. Nós tivemos*  
218 *semana passada uma reunião de alinhamento. Chegam em média 1500 demandas/mês e*  
219 *hoje o passivo está na ordem de 27000 demandas a serem atendidas. Eu acho que o que*  
220 *está sendo feito é priorizar aquelas demandas que aparentemente tem maior urgência,*  
221 *mas não é possível e eu acho que não, nem num curto, longo horizonte de tempo há*  
222 *estruturação a ponto de atender 1500 demandas/mês.” – Mauro da Fonseca Ellovitch –*  
223 *Representante Ministério Público – Comentou sobre a questão de fiscalização: “Meu*  
224 *registro aqui é questão de priorização de recursos pelo Estado, porque na minha visão*  
225 *tem se investido muito mais em buscar licenciar todo custo e não está dando*  
226 *investimento necessário para fiscalização que tem que encaminhar par e passo com o*  
227 *licenciamento. Até o próprio conselheiro Camilo colocou aqui várias vezes que se*  
228 *determinada questões tivessem sido fiscalizadas antes não chegaria num ponto que nós*  
229 *chegamos em vários processos de indeferimento aqui. Fica aqui o registro. Vou fazer*



230 *quantas vezes forem necessárias. Inclusive, será feito isso ao Secretário, porque eu*  
231 *acho que essa questão merece investimento, merece atenção do Estado. Sem qualquer*  
232 *demérito do pessoal que está trabalhando na Subsecretaria de Fiscalização. Eu acho*  
233 *até que com os recursos que eles têm, eles buscam fazer o melhor, mas realmente tem*  
234 *se mostrado muito ineficiente, muito insuficiente para uma demanda desse tamanho.” -*  
235 **Item 4 - Exame das Atas da 83ª RO de 15/12/2011 - RETIRADA DE PAUTA em**  
236 **16/02/2012 e 84ª RO de 16/02/2012. - Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da**  
237 **URC Alto São Francisco** – Colocou em discussão o exame das atas da 83ª e 84ª RO e  
238 sem seguida colocou em votação e foram **APROVADAS**. Esclareceu que iria fazer a  
239 leitura dos processos a partir do item 7 da pauta tendo em vista que os outros itens  
240 teriam discussão. – **Item 7 - Processo Administrativo para exame de Licença Prévia**  
241 **concomitante com a Licença de Instalação: 7.1 Expedito José Pinto. - Avicultura**  
242 **de Postura - Pains/MG - PA/Nº. 10890/2010/001/2011 - Classe 3 - Apresentação:**  
243 **Supram ASF. - Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São**  
244 **Francisco** – Informou que o processo teria uma correção a ser feita: “ *Na capa do*  
245 *parecer onde há incidência de medidas mitigatórias quando na verdade todo o parecer*  
246 *considera a não incidência dessa medida compensatória. Essa correção. Não há*  
247 *incidência de medida compensatória nem pela equipe técnica nem jurídica.” –*  
248 **Destaque Ministério Público. - Item 8. Processo Administrativo para exame de**  
249 **Adendo a Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação: 8.1 Cal**  
250 **Oeste Ltda. Fabricação de cal virgem, hidratada ou extinta - Córrego Fundo/MG**  
251 **- PA/Nº 00429/1999/009/2010 - APEF nº. 03027/2010 - Classe 3 - Apresentação:**  
252 **Supram ASF. – Destaque SUPRAM. - Item 9. Processos Administrativos para**  
253 **exame de Licença de Operação Corretiva: 9.1 Peripan Industrial Ltda. - Fiação e**  
254 **tecelagem plana e tubular com fibras naturais e sintéticas, com acabamento -**  
255 **Itaúna/MG - PA/Nº 01338/2002/003/2010 - Classe 5 - Apresentação: Supram ASF.**  
256 **– Destaque Ministério Público e SUPRAM. - 9.2 S&D Madeiras Ltda. - Fabricação**  
257 **de móveis de madeira, vime e junco ou com predominância destes materiais, com**  
258 **pintura e/ou verniz e Tratamento químico para preservação da madeira. -**  
259 **Martinho Campos/MG - PA/Nº 17975/2007/002/2011 - Classe 3 - Apresentação:**  
260 **Supram ASF. - Destaque Ministério Público. - Item 10. Processos Administrativos**  
261 **para exame de Revalidação de Licença Operação: 10.1 Cerâmica Martins Ltda. -**  
262 **Outras formas de tratamento ou de disposição de resíduos não listados ou não**  
263 **classificados e Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido,**  
264 **exclusive de cerâmica - Igaratinga/MG - PA/Nº 01200/2003/004/2011 - Classe 3 -**  
265 **Apresentação: Supram ASF. - Item 10.2 Cerâmica Ivani Aparecida de Camargos**  
266 **Abranches - ME. - Outras formas de tratamento ou de disposição de resíduos não**  
267 **listados ou não classificados e Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de**  
268 **barro cozido, exclusive de cerâmica - Igaratinga/MG - PA/Nº 01396/2004/005/2011**  
269 **- Classe 3 - Supram ASF. – Paula – SUPRAM ASF** – Informou que o representante  
270 das empresas de cerâmica não conseguiu chegar a tempo de se inscrever para  
271 manifestação. - **Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São**  
272 **Francisco** – Informou que haveria possibilidade desde que um conselheiro cedesse o  
273 direito o que foi realizado pelo conselheiro Camilo. Como haveria destaque em todos os  
274 processos retornou ao início da pauta. - **Item 5 - Processos Administrativos para**  
275 **exame de Revalidação de Licença de Operação: 5.1 CSN - Companhia Siderúrgica**  
276 **Nacional. - Lavra a céu aberto ou subterrânea em áreas cársticas com ou sem**  
277 **tratamento - Arcos/MG - PA/Nº 00174/1986/008/2008 - DNPM 4213/1949 - Classe 6**



278 - **Apresentação: Supram ASF. RETORNO DE VISTAS pelos conselheiros Túlio**  
279 **Pereira de Sá representante da FIEMG e Cristina Kistermann Chiodi**  
280 **representante da PGJ. – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério**  
281 **Público** – Leu o parecer. *“O presente procedimento trata-se da concessão de*  
282 *revalidação da licença de operação no empreendimento Companhia Siderúrgica*  
283 *Nacional localizada na zona rural do município de Arcos, Rodovia Pedreira da*  
284 *Bucaina, s/nº, no que tange de atividade de lavra a céu aberto em áreas cársticas sem*  
285 *tratamento relativo ao direito minerário DNPM 04213/1949. O empreendimento em*  
286 *foco é considerado de classe 6 possuindo potencial poluidor, degradador grande e*  
287 *porte grande para água, ar e solo conforme item A02054 da DN COPAM 74.*  
288 *Objetivando regularizar a situação ambiental do empreendimento a CSN deu início seu*  
289 *processo de revalidação. Tendo em vista que o prazo de validade do certificado da*  
290 *licença 6729/2000 referente a licença de operação se expiraria em 26/10/2008. Assim*  
291 *em 25/07/2008 a CSN formalizou seu processo de revalidação de LO. Durante o*  
292 *trâmite desse procedimento administrativo, o órgão ambiental responsável realizou no*  
293 *local onde se encontra instalado o empreendimento fiscalização com a finalidade de*  
294 *subsidiar os trabalhos relacionados a concessão da revalidação da LO. Em*  
295 *decorrência dessa fiscalização foi lavrado em 08 de maio de 2009 o relatório de*  
296 *vistoria ASF 75/2009 que se encontra nas folhas 446/448 dos autos. Durante essa*  
297 *fiscalização o técnico ambiental da SUPRAM constatou a existência de algumas*  
298 *irregularidades no empreendimento. Deste fato, o órgão ambiental licenciador solicitou*  
299 *do empreendedor informações complementares por meio do ofício 288/2009 folhas*  
300 *455/458 as quais foram prestadas pela CSN folhas 170 a 2825 dos autos. Em*  
301 *continuidade da análise do processo de licenciamento após estudos a farta*  
302 *documentação apresentada pelo empreendedor em informações complementares as*  
303 *quais foram consideradas satisfatórias pela equipe de técnicos da SUPRAM. O órgão*  
304 *ambiental fez 19 fiscalizações no local com a finalidade de subsidiar a elaboração do*  
305 *parecer único. Nessa última vistoria não foram identificados inadequações e*  
306 *irregularidades capazes de colocar em risco a rigidez ambiental. É relevante ressaltar*  
307 *a rigidez do inquérito civil público 004210021-7 em trâmite na Promotoria de Justiça e*  
308 *Defesa do Meio Ambiente da Comarca de Arcos, objetivando a regularização*  
309 *ambiental da atividade produtiva do empreendimento da CSN. Nesse procedimento foi*  
310 *celebrado termo de ajustamento de conduta entre Ministério Público e CSN, cópias*  
311 *folhas 757/759 dos autos. Ainda pendente ao cumprimento. Ante ao exposto, o*  
312 *Ministério Público do Estado de Minas Gerais abstém-se de proferir voto quanto ao*  
313 *mérito da concessão da licença em foco em razão da atuação do inquérito civil público*  
314 *e sugere a inclusão das seguintes condicionantes: Condicionante 26. Apresentar*  
315 *proposta de medida compensatória em atendimento ao disposto ao Art. 36, da Lei*  
316 *Estadual 14.309 ressaltando que a referida compensação deverá ser em área igual a*  
317 *impactada, inclusive com o cômputo de toda a área utilizada para disposição de*  
318 *estéreis, entradas de acesso e etc. Prazo 90 dias. Condicionante 27. Realizar*  
319 *detonações nos períodos nos quais o impacto sinérgico ao Patrimônio Espeleológico*  
320 *seja menor ficando vedadas as detonações no período noturno e no intervalo entre 11 e*  
321 *13 horas. Prazo durante a vigência da licença. 28. Fazer com que o tempo total de*  
322 *duração da detonação não ultrapasse 2.5 segundos. Prazo: durante a vigência da*  
323 *licença. 29. As detonações devem ser precedidas do uso de sirenes de aviso*  
324 *aumentando o nível de fundo de ruídos e antecipando o efeito psicológico da surpresa*  
325 *causada pela detonação. Prazo durante a vigência da licença. Condicionante 30.*



326 Utilizar permanentemente linhas silenciosas com dispositivos de retardo para todos os  
327 desmontes primários devendo ser guardadas as notas fiscais de aquisição para fins de  
328 fiscalização. Prazo durante a vigência da licença. Item 31. Registrar todas as  
329 reclamações realizadas, denúncias e ações propostas em relação as detonações  
330 realizadas pelo empreendimento, encaminhá-las por meio de planilhas em relatório a  
331 SUPRAM para acompanhamento. Prazo durante a vigência da licença. Condicionante  
332 32 que o erro de digitação saiu 35. Executar integralmente o plano de manejo da  
333 estação ecológica de Corumbá conforme o cronograma aprovado pelo órgão  
334 ambiental. Prazo durante a vigência da licença.” – Túlio – Representante FIEMG –  
335 Leu o parecer. “Trata-se de um pedido de revalidação de licença de operação pelo  
336 empreendimento Companhia Siderúrgica Nacional S/A – CSN referente a atividade de  
337 lavra a céu aberto em áreas cársticas com ou sem tratamento referente ao processo  
338 DNPM número 4213 de 1949 para extração de substâncias minerais, calcário e  
339 dolomita A6. O empreendimento está localizado na zona rural do município de Arcos  
340 tendo sua reserva legal demarcada na forma de compensação. O recurso hídrico do  
341 empreendimento é proveniente dos dois poços tubulares mediante a exploração de água  
342 subterrânea relativa aos processos de outorgas 05401/2006 e 05402/2006 cuja as  
343 portarias já foram publicadas. O empreendimento também possui uma captação em  
344 barramento com a regularização de vazão localizada em afluente da margem esquerda  
345 do Rio Candonga com a finalidade de consumo industrial de portaria de outorga  
346 174/2008. Não será necessária a supressão de vegetação bem como também não  
347 haverá a intervenção em área de preservação permanente. É de se pontuar que a  
348 exploração minerária não demandará avanços além da cava aberta, somente haverá o  
349 rebaixamento dos bancos e ao longo da vigência da licença o empreendimento obteve  
350 várias autorizações de desmates emitidas pelo IBAMA. Para uma revalidação de  
351 licença de operação é verificada o desempenho ambiental do empreendimento tendo  
352 este empreendimento em questão algumas observações conforme o parecer técnico da  
353 SUPRAM. As condicionantes de revalidação de LO foram cumpridas com exceção da  
354 condicionante referente a RPPN o qual ocasionou a assinatura do TAC com o  
355 Ministério Público. Ressalta que esse descumprimento em parte foi ocasionado em  
356 comum acordo com o órgão ambiental haja vista documentos acostados de sínteses de  
357 reunião, adendos ao parecer entre outros. As análises de automonitoramento foram  
358 realizadas e apresentados resultados dentro do padrão estabelecido pela legislação. O  
359 empreendimento investiu em medidas de controle ambiental bem como promover  
360 aplicação ou adoção de novas tecnologias relacionadas com o controle ambiental em  
361 cumprimento ao sistema de gestão ambiental, Certificação Ambiental conforme ISO  
362 14.001/2004. O empreendimento mantém projeto de educação ambiental com ação  
363 junto a comunidade e seus empregados. Como parte do programa de educação  
364 ambiental foi inaugurado em 16/06/2000, o centro de Educação Ambiental e Núcleo  
365 Museológico localizado na Estação Ecológica de Corumbá, resultado de uma parceria  
366 com CSN e IEF que fez parte de um termo de compromisso consumido pela empresa  
367 junto a FEAM. Outro projeto apresentado pela empresa é o termo de compromisso  
368 número 13050014/10 celebrado entre a empresa e o Instituto Estadual de Florestas a  
369 ser executado na Estação Ecológica de Corumbá. Entre suas obrigações destaca a  
370 recomposição de 10 hectares de referida estação do município de Arcos. Por fim,  
371 conforme o parecer apresentado pelos técnicos da SUPRAM sugerimos deferimento da  
372 revalidação de Licença de Operação para o prazo de 6 anos.” - Mauro da Fonseca  
373 Ellovitch – Representante Ministério Público – Esclareceu: “Todas essas





374 condicionantes que eu estou sugerindo, já foram aceitas pela empresa no Termo de  
375 Ajustamento de Conduta. Eu estou propondo elas aqui, porque são todas de  
376 desenvolvimento contínuo. Elas ultrapassam. Elas vão ter que ser aplicadas durante  
377 toda a operação do empreendimento. É do nosso entendimento que ela caberia até  
378 melhor aqui no próprio processo de licenciamento. Essa a razão de nós termos  
379 reproduzido elas aqui como sugestão de condicionante.” – Dirceu Costa –  
380 Representante CODEMA Pains – Solicitou informações sobre a localização do  
381 empreendimento e esclareceu: “Se o empreendimento está instalado em dois municípios  
382 ele tem que ter a declaração de conformidade os dois municípios e não são só de um.  
383 Eu só vou saber se esse empreendimento está no município de Arcos ou Pains ou nos  
384 dois mediante a apresentação da planta do empreendimento sobreposto com as divisas  
385 do município ali.” – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacias do  
386 Entorno da Represa de Três Marias – Solicitou esclarecimentos: “No relatório diz que o  
387 empreendedor sugere que seja instalada na bomba que alimenta a ETA os horímetros  
388 ou horímetro. Eu acho que isso está equivocado. O empreendedor deveria propor que  
389 horímetro e hidrômetro fossem instalados em todas as captações. No relatório também  
390 eu não vi referente ao barramento com regularização é o pedido de horímetro e  
391 hidrômetro. Eu acho que a captação dele também deve exigir horímetro e hidrômetro.  
392 São duas coisas. No caso das cisternas, captação, horímetro e hidrômetro nas  
393 cisternas. Não na bomba que vai para ela. E no barramento com regularização, idem,  
394 horímetro e hidrômetro. Eu sei que o nosso conselheiro Alexandre já me informou que  
395 isso existe lá, mas como a condicionante não está perfeita, vamos corrigir a  
396 condicionante para que fique perfeita.” – Alexandre – Representante CSN – Solicitou  
397 alteração de condicionante: “Eu gostaria de pedir alteração da condicionante 1 aonde  
398 pede que nós formalizemos uma anuência do IPHAM junto ao FCE que ele fosse  
399 formalizado junto ao FOB e não a FCE. Eu acho que não teríamos nenhum prejuízo  
400 quanto a isso. Informar que com relação a condicionante 2. A RPPN já foi criada. Já  
401 foi, inclusive, publicada no diário oficial. Ela já existe. Não há como requerer a RPPN.  
402 Ela já foi requerida, já foi inclusive publicada. Nós temos cópia da publicação. Com  
403 relação a condicionante 3. Para execução do plano de manejo da unidade de  
404 conservação, nós já iniciamos esse trabalho, inclusive com a participação do próprio  
405 IEF. Nós discutimos com o IEF um cronograma de 12 meses para poder executar todo  
406 o plano de manejo. Eu gostaria que fosse alterado o prazo de 6 meses para 12 meses.”  
407 – Anaximandro – Representante PUC Minas – Sugeriu alteração na condicionante nº 2:  
408 “Requerer a inscrição de RPPN, seria protocolizar junto a SUPRAM a documentação  
409 que tange a instituição da RPPM. – Não identificou – Perguntou ao representante da  
410 empresa se estavam de acordo com as condicionantes propostas no parecer do  
411 Ministério Público e foi respondido que concordavam. – Lucélio – Representante SEDE  
412 – Solicitou informações sobre o parecer: “Vários locais aqui falam de rebaixamento das  
413 bancadas. Não fala até que nível, até que cota que é esse rebaixamento. Esse  
414 rebaixamento pode atingir o lençol freático? Ou está no processo dele fala qual a cota  
415 máxima que ele pode chegar?” – Silvestre – SUPRAM ASF – Esclareceu ao  
416 conselheiro: “Esse rebaixamento de bancada, quando nós entramos na cava. A cava é  
417 uma cava muito grande. No fundo, na cota mais baixa da mina tem uma água  
418 acumulado de chuva, inclusive a empresa aproveita para fazer a aspersão. Esse  
419 rebaixamento de bancada deve estar a uns 30 metros ou mais. Inclusive, tem até um  
420 paredão agora que eles estão melhorando esse paredão que era uma ponta que tinha  
421 há muito tempo de lavra a céu aberto. Não tem como rebaixar para os próximos. A



422 próxima vigência da licença, por mais que ela rebaixe para chegar na cota bem, na  
423 última cota que é a cota que está hoje submersa para essa vigência da licença não tem  
424 como atingir o lençol freático não. Agora, a cota mais baixa de planos de lavra eu vou  
425 passar para o Alexandre responder, porque realmente passou despercebido por nós que  
426 somos técnicos. Tem até um fato de como a lavra está conformada, como que ela está  
427 rebaixando. Pela grandiosidade que é a cava da lavra. Para essa vigência, isso  
428 realmente passou despercebido com relação a cota final de rebaixamento.” –  
429 Alexandre – Representante CSN – Prestou mais esclarecimentos: “Para o pite final é  
430 considerado uma cota de 690 metros. 690 metros. Esse seria o pite final. Hoje nós  
431 estamos, pelo que o Silvestre está informando, nós estamos lavrando o banco 810, 740  
432 e 730. Se houver a necessidade de rebaixamento além dos 690 a equipe de geologia já  
433 tem trabalhos de sondagens. Ai sim, nós entraríamos com um novo licenciamento de  
434 rebaixamento, mas no momento não será feito.” – Silvestre – SUPRAM ASF –  
435 Solicitou fazer uma correção no parecer técnico. “Houve um erro material nele. Na  
436 página 26 o último parágrafo antes do item 9.8 relacionamento com a comunidade.  
437 Esse parágrafo não é do parecer da CSN ele entrou aí por erro material do técnico.  
438 Não se refere ao processo da CSN. Outro projeto apresentado pela empresa até de  
439 compromisso número 100500/1410 lavrado entre a empresa e o IEF a ser executado na  
440 unidade de conservação ecológica Corumbá páginas 103/111. Entre outras obrigações  
441 destaca-se a execução de recuperação de 10 hectares da referida estação no município  
442 de Arcos. Não é esse parecer. Foi um erro material do técnico. Com relação as  
443 questões propostas aqui. As condicionantes que a Promotoria sugeriu. Na hora que nós  
444 fizemos o parecer técnico, promotor, nós pensamos o seguinte. A empresa já assinou  
445 um TAC com o Ministério Público. É um TAC que por força de Lei tem que executar.  
446 Nós optamos por não repeti-las no esboço do relatório, mas nós não vimos porque  
447 acrescentá-las. Até mesmo por princípio da precaução. Nós não vemos problema  
448 nenhum em acrescentá-lo. Com relação às captações, o representante da empresa nos  
449 informou que já tem os horímetros e hidrômetros instalados. Nós até vimos mesmo na  
450 captação, mas como na hora que nós pedimos informação complementar em relação  
451 aos recursos hídricos veio nos informando essa nova proposta do empreendimento. Eu  
452 também acho viável que seja o horímetro e o hidrômetro em cada uma das captações.  
453 Como foi uma proposta da empresa, faz a captação e joga tudo na ETA dela.” – Camilo  
454 de Lélis André Melo – Representante FEDERAMINAS – Solicitou esclarecimentos  
455 sobre a questão do lençol freático. “Como passou batido nesse licenciamento, você  
456 falou. Concordo que isso é normal. Não tenho dúvida nenhuma. Não podia colocar uma  
457 condicionante observando isso para o próximo licenciamento não? Porque eu não  
458 posso do licenciamento, eu não sei se o colega ali vai estar presente para alertar dessa  
459 possibilidade. Como eu acho que é uma firma grande, tem todo o cuidado, nós estamos  
460 vendo a disponibilidade dela. Eu acho que se pudesse, se fosse viável incluir essa  
461 condicionante, nesse sentido eu gostaria.” – Silvestre – SUPRAM ASF – Respondeu  
462 esclarecendo ao conselheiro: “A questão da estrutura da lavra, da bancada, do  
463 banqueamento é uma lavra que está em cota muito alta, porque é uma região, um  
464 maciço muito alto, ela está em questão de rebaixamento mesmo. A cota mais baixa que  
465 é no centro da lavra que é onde tem a água de chuva acumulada está bem inferior ao  
466 que é o banqueamento que vai descer. A nossa preocupação é com relação ao avanço  
467 de lavra não tem, mas em relação a rebaixamento, nós não nos preocupamos, porque  
468 para a vigência dos próximos anos que seriam os 8 não teria como ela nem chegar na  
469 cota mais baixa que já existe lá. Eu não vejo. Até colocar isso no parecer. Eu não sei se



470 nós vamos estar aqui 8 anos como técnico. É uma precaução. É o princípio da  
471 precaução e deixar a empresa sempre alerta para que a hora que já solicitar  
472 apresentação de estudos de sondagens que o representante falou que já tem, eu não  
473 vejo porquê. Até mesmo, as cavidade lá, se eu não me engano só tem uma que deu água  
474 no fundo dela, mesmo assim é intermitente. Pelo histórico das cavidades nós não temos  
475 rio subterrâneo no local. – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacias  
476 do Entorno da Represa de Três Marias – Perguntou se os dados de rebaixamento e cota  
477 mínima não constavam no EIA-RIMA e se não constasse ele sugeria que deveria  
478 constar. – Não identificou – Informou que os estudos foram apresentados. “A empresa  
479 apresentou todos os estudos com várias anuências do IBAMA que ela teve ao longo do  
480 tempo dela nos pareceres antigos. Nós só achamos que para essa vigência da licença  
481 não seria necessário.” – Ronaldo Coimbra – Representante DNPM – Esclareceu que na  
482 cota mais baixa que teve até hoje não houve insurgência e não houve afloramento do  
483 lençol. “Então, durante essa LO, essa revalidação da LO não vai, com certeza atingir o  
484 arbúrio livre. Isso que é importante.” – Alexandre – Representante CSN – Esclareceu  
485 ao conselheiro: “Eu não vejo motivo de nós colocarmos a condicionante em função de  
486 que isso está previsto em Lei. Se houver a necessidade de rebaixamento eu tenho que  
487 apresentar uma outorga de rebaixamento, mas por medida de precaução se vocês se  
488 sentirem confortáveis também não vejo problema nenhum em colocar se houver a  
489 necessidade de rebaixamento além do lençol que seja apresentada a outorga de  
490 rebaixamento.” - Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São  
491 Francisco – Colocou em votação o Item 5.1 da pauta e o parecer da SUPRAM foi  
492 **APROVADO**. Foi registrada a abstenção do representante do Ministério Público. Em  
493 seguida apresentou a inserção de condicionantes. “A condicionante número 1. Ao invés  
494 de apresentar a anuência do IPHAM na formalização do FCE seria na formalização do  
495 FOB, ou seja, na entrega da documentação para a formalização dos processos.” –  
496 Silvestre – SUPRAM ASF – Concordou com a sugestão: “Realmente o empreendedor  
497 tem razão, porque vai apresentar essa documentação no FCEI e depois chega no FOB  
498 para apresentar a documentação do processo? Nós concordamos com o empreendedor,  
499 porque no FOB já apresenta tudo, todos esses estudos com a anuência.” - Luciano  
500 Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Na condicionante  
501 nº 2 apresentou sugestão de alteração pelo conselheiro Anaximandro. “Apresentar a  
502 SUPRAM a publicação do Diário Oficial da criação da RPPN. Na condicionante 3:  
503 alterar prazo de 6 meses para a elaboração do plano de manejo para 12 meses. Além  
504 dessas alterações nas condicionantes que consta do parecer da SUPRAM existe  
505 também a inserção de outras condicionantes que já foram lidas pelo representante do  
506 Ministério Público e a condicionante solicita pelo conselheiro Dirceu.” – Silvestre –  
507 SUPRAM ASF – Perguntou qual seria a redação da condicionante 11. – Roberto Soares  
508 Nogueira – Representante Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três Marias –  
509 Respondeu: “A redação é a nossa padrão de manter os dados em planilhas, a  
510 disposição, etc. Eu estou sugerindo colocar, primeiro que eu não vi do barramento  
511 com regularização. Não tem nenhuma observação sobre isso. Eu quero que seja  
512 inserida também horímetro e hidrômetro para este barramento. Para captação neste  
513 barramento. Também horímetros e hidrômetros não como está no relatório,  
514 recomendado pelo empreendedor, mas captação, nas duas captações, nas duas  
515 cisternas horímetro e hidrômetro. Não horímetro na entrada da ETA.” - Luciano  
516 Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Informou que a  
517 SUPRAM acatava as solicitações do conselheiro Roberto do Comitê de Bacias. Colocou



518 primeiro em votação as alterações das condicionantes do parecer da SUPRAM e as  
519 **CONDICIONANTES foram ALTERADAS E APROVADAS.** Em seguida colocou  
520 em votação as condicionantes propostas pelo representante do Ministério Público. E as  
521 **CONDICIONANTES foram APROVADAS.** Após, colocou em votação a  
522 condicionante do conselheiro Dirceu, que solicitava a apresentação à prefeitura de Pains  
523 de um mapa definindo os limites do empreendimento associada aos limites do  
524 município com delimitação da cava e **NÃO FOI APROVADA.** “*Conselheiro, com*  
525 *somente três votos favoráveis não foi possível inserir a condicionante. Sugiro que o*  
526 *senhor solicite formalmente ao empreendimento para que ele possa apresentar essas*  
527 *informações.*” – **Item 5.2 - CSN - Companhia Siderúrgica Nacional. - Lavra a céu**  
528 **aberto ou subterrânea em áreas cársticas com ou sem tratamento - Arcos/MG -**  
529 **PA/Nº 00174/1986/013/2011 - DNPM 3425/1960 - Classe 6 - Apresentação: Supram**  
530 **ASF. RETORNO DE VISTAS pelos conselheiros Túlio Pereira de Sá**  
531 **representante da FIEMG e Cristina Kistermann Chiodi representante da PGJ. –**  
532 **Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público –** Esclareceu que o  
533 parecer era exatamente o mesmo só que se referia a poligonal DNPM 03425/1960. “*Eu*  
534 *reitero todas as razões já expostas no parecer anterior. Solicito as mesmas*  
535 *condicionantes, a inclusão das mesmas. Registro o meu pedido de abstenção quanto ao*  
536 *mérito e solicito a inclusão das condicionantes 26 a 32 tal qual o parecer anterior.*” –  
537 **Túlio – Representante FIEMG –** Informou que as observações continuariam as mesmas  
538 e só iria citar a revalidação que estaria englobando também o processo de um posto de  
539 abastecimento de combustíveis e que iria continuar sugerindo o deferimento conforme o  
540 parecer da SUPRAM. – **Alexandre – Representante CSN –** Solicitou que fossem feitas  
541 as mesmas alterações nas condicionantes 1, 2 e 3 que ele fizera no processo 5.1, que  
542 eram sobre os prazos. – **Silvestre – SUPRAM ASF –** Informou que também havia um  
543 erro material no processo. “*Esse é na página 27. Último parágrafo anterior ao item 5.8.*  
544 *Mesma coisa. Outro projeto apresentado pela empresa. O termo de compromisso*  
545 *130514/2010. Celebrado entre a empresa e o IEF a ser executado na Estação*  
546 *Ecológica de Corumbá. Página 103/111. Entre as obrigações destaca a execução de*  
547 *recomposição de 10 hectares da referida estação no município de Arcos. Isso não*  
548 *pertence a esse relatório.*” – **Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC**  
549 **Alto São Francisco –** Colocou em votação o item 5.2 da pauta e o parecer da SUPRAM  
550 foi **APROVADO.** Foi registrada a abstenção do Ministério Público. Em seguida  
551 colocou em votação as alterações e inclusões nas condicionantes previstas no parecer da  
552 SUPRAM. - **Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco**  
553 – “*Senhores conselheiros, para que fique claro, nós estamos votando aqui as mesmas*  
554 *alterações previstas processo anterior.*” **AS ALTERAÇÕES E CONDICIONANTES**  
555 **foram APROVADAS.** Em seguida colocou em votação as condicionantes propostas  
556 pelo representante do Ministério Público. **AS CONDICIONANTES foram**  
557 **APROVADAS. - Item 5.3 Cooperativa de Produção Têxtil de Pará de Minas -**  
558 **Coopertêxtil. - Fiação e tecelagem plana e tubular com fibras naturais e sintéticas,**  
559 **sem acabamento, exclusive tricô e crochê - Pará de Minas/MG - PA/Nº**  
560 **00085/2001/005/2010 - Classe 3 - Apresentação: Supram ASF. RETORNO DE**  
561 **BAIXA EM DILIGÊNCIA. – Estela – SUPRAM ASF –** Informou: “*Com o adendo*  
562 *nós chegamos a conclusão, vista a documentação apresentada posteriormente que eles*  
563 *cumpriram realmente as condicionantes de forma satisfatória. Além da revalidação por*  
564 *4 anos nós concedemos mais 2 anos pelo cumprimento e não ter autos de infração*  
565 *durante o período de vigência da licença.*” – **Silvestre – SUPRAM ASF –** Esclareceu



566 também: “*Nós tivemos de posse de toda a documentação protocolada pela empresa*  
567 *durante a vigência da licença dela. Nós até fizemos questão de ressaltar todos os*  
568 *protocolos do parecer, porque nós vimos que realmente houve um erro nosso e a*  
569 *empresa estava sendo prejudicada.” – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante  
570 Ministério Público – Informou que em razão da alteração do parecer, também iria mudar  
571 o posicionamento dele expressado no retorno de vistas anterior e releu as sugestões das  
572 condicionantes: “*A condicionante número 12 ficaria mantida. Consumir produto ou*  
573 *subproduto de formação nativa de Minas Gerais oriundos de uso alternativo do solo*  
574 *autorizada pelos órgãos ambientais do Estado no percentual máximo de até 15% do seu*  
575 *consumo total nos anos de 2009 a 2013. Prefeito? Prazo durante a vigência da licença.*  
576 *Condicionante número 13. Caso o empreendimento passe a fazer uso de produto ou*  
577 *subproduto de formação nativa, realizar a reposição do estoque de madeira de florestas*  
578 *nativas ou de florestas plantadas vinculadas a reposição florestal nos termos dos*  
579 *artigos 47 parágrafos 1º e 2º no prazo da Lei Estadual 14.309/2002. Condicionante*  
580 *número 14. Caso o empreendimento passe a fazer uso de produto ou subproduto de*  
581 *formação nativa apresentar cronograma atual de plantio, anual de plantio de floresta*  
582 *para que no prazo máximo de 9 anos agrícolas contados do ano 2010/2011, promova*  
583 *suprimento dessas demandas com florestas de produção na proporção de 95% do seu*  
584 *consumo total de matéria prima florestal. Seguindo os parâmetros do artigo 47 “a” da*  
585 *Lei Estadual 14.309. Prazo 60 dias a partir da comunicação de uso da lenha nativa, do*  
586 *produto ou subproduto nativo. Condicionante 15. Caso o empreendimento passe a fazer*  
587 *uso de produto ou subproduto de formação nativa apresentar a SUPRAM comprovação*  
588 *anula de suprimentos, CAS, nos termos do artigo 48 da Lei Estadual 14.309/2002.*  
589 *Prazo até o dia 15 de dezembro de cada ano. Perdão. Essa última retiro até. Essa*  
590 *última vou manter, porque ele tem que manter essa comprovação anual seja nativa ou*  
591 *plantada. Vai ser a redação original. Apresentar a SUPRAM a comprovação anual de*  
592 *suprimento, CAS, nos termos do artigo 48 da Lei 14.309/2002. Prazo até o dia 15 de*  
593 *dezembro de cada ano.” – Estela – SUPRAM ASF – Solicitou fazer uma modificação  
594 na condicionante do anexo 2 referente ao automonitoramento de efluentes líquidos.  
595 “*Nos parâmetros está escrito conforme parâmetros da DN COPAM 01 de 2008 para*  
596 *lançamento de efluentes. Nós gostaríamos de mudar parâmetros PH, Temperatura,*  
597 *Sólidos em suspensão, Sólidos sedimentados, DBO 5, DQO, ABS, cor, sulfetos,*  
598 *nitrogênio amoniacal, cromo hexavalente, ferro total, vazão média, cromo trivalente,*  
599 *óleos e graxas, cobre e zinco. Essa modificação é tanto para o adendo da*  
600 *COOPERTÊXTIL quanto da IBATEC.” - Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente  
601 da URC Alto São Francisco – Informou que as modificações dos itens 5.3 e 5.4 seriam  
602 as mesmas. Colocou em votação primeiro o processo e as alterações dos itens 5.3 -  
603 Cooperativa de Produção Têxtil de Pará de Minas e o parecer da SUPRAM foi  
604 **APROVADO**. Em seguida colocou em votação as alterações de condicionantes e as  
605 inclusões de condicionantes propostas pelo representante do Ministério Público.  
606 Inclusive com as alterações propostas pela SUPRAM. **AS ALTERAÇÕES NO**  
607 **PARECER E INCLUSÕES DE CONDICIONANTES foram APROVADAS.** -  
608 **Item 5.4 - IBATEC - Indústria Brasileira de Tecidos Ltda. - Tecelagem plana e**  
609 **tubular com fibras naturais e sintéticas, com acabamento, inclusive artefatos de**  
610 **tricô e crochê - Pará de Minas/MG - PA/Nº 01628/2003/003/2010 - Classe 5 -**  
611 **Apresentação: Supram ASF. RETORNO DE BAIXA EM DILIGÊNCIA.** - Luciano  
612 Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Colocou em  
613 votação o parecer da SUPRAM e o **PROCESSO foi APROVADO**. Em seguida***



614 colocou em votação as alterações das condicionantes, inclusão de condicionante e  
615 alteração de texto, os mesmos que incidiam sobre o item 5.3 e as **ALTERAÇÕES e**  
616 **INCLUSÕES DE CONDICIONANTES foram APROVADAS.** - **Item 6. Processo**  
617 **Administrativo para exame Licença de Operação Corretiva: 6.1 Indústria de**  
618 **Calçados Arapuã Ltda. - Fabricação de calçados em geral - Nova Serrana/MG -**  
619 **PA/Nº 06536/2005/001/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram ASF. RETORNO**  
620 **DE BAIXA EM DILIGÊNCIA.** - Luana – SUPRAM ASF – Fez alguns  
621 esclarecimentos: “*Foi questionado na última reunião a respeito dos resíduos sólidos de*  
622 *classe 1. Eu entrei em contato com a empresa, ela procurou outra empresa*  
623 *intermediária que é Reciclagem de Materiais Sintéticos Guimarães e ela vai fazer*  
624 *apenas a coleta. A destinação final será feita pela ROUSIM que já tem a licença. O*  
625 *depósito vai ser feito na indústria de calçados mesmo, porque ela tinha um TAC, a*  
626 *reciclagem de materiais, e ele está vencido, mas ela já entrou com o pedido para*  
627 *renovação do TAC para fazer o depósito.*” - Luciano Junqueira Melo - Presidente  
628 Suplente da URC Alto São Francisco – Colocou em votação o item 6.1 Indústria de  
629 Calçados Arapuã e o **PROCESSO foi APROVADO** conforme parecer da SUPRAM. -  
630 **Item 7. Processo Administrativo para exame de Licença Prévia concomitante com**  
631 **a Licença de Instalação: 7.1 Expedito José Pinto. - Avicultura de Postura -**  
632 **Pains/MG - PA/Nº. 10890/2010/001/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram ASF.**  
633 - Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco –  
634 Esclareceu sobre o processo. “*Eu já tinha lido anteriormente, como houve o destaque*  
635 *vou fazer essa nova consideração. Consta na primeira página do parecer a incidência*  
636 *de medida compensatória. Houve uma falha da equipe e não há incidência com medida*  
637 *compensatória da Lei do SNUC nesse processo. Destaque do Comitê de Bacias, da*  
638 *ABES e do Ministério Público.*” – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante  
639 Ministério Público – Solicitou esclarecimentos se a SUPRAM tinha conhecimento de  
640 quais seriam as medidas adotadas para mitigar a questão do odor e da proliferação de  
641 vetores. – Francisco de Assis Braga – Representante ABES – Diante de várias dúvidas  
642 em relação aos impactos que poderiam ser gerados pelo empreendimento o conselheiro  
643 sugeriu baixar o processo em diligência. – Paula – SUPRAM ASF – Concordou com a  
644 baixa em diligência, “*Diante das manifestações eu vou pedir também a baixa em*  
645 *diligência do processo para que no mês que vem nós trazemos o adendo esclarecendo*  
646 *todas as dúvidas.*” – Marcos Vilela – Representante Grupo AR – Informou que se  
647 houver diligência que gostaria de participar para conhecer o local. – Roberto Soares  
648 Nogueira – Representante Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três Marias –  
649 Fez uma solicitação: “*Eu gostaria, já que vai baixar o processo em diligência que já*  
650 *volte corrigido nos dois itens que eu chamei a atenção. Não há referência do*  
651 *responsável técnico pelo empreendimento e em dois locais aqui em Recursos Hídricos e*  
652 *Controle Processual fala em poços tubulares de usos insignificantes. Eu acho que há*  
653 *um erro ou para cá ou para lá.*” **O PROCESSO FOI BAIXADO EM DILIGÊNCIA.**  
654 - **Item 8. Processo Administrativo para exame de Adendo a Licença Prévia**  
655 **concomitante com a Licença de Instalação: 8.1 Cal Oeste Ltda. Fabricação de cal**  
656 **virgem, hidratada ou extinta - Córrego Fundo/MG - PA/Nº 00429/1999/009/2010 -**  
657 **APEF nº. 03027/2010 - Classe 3 - Apresentação: Supram ASF.** – Isabela –  
658 SUPRAM ASF – Pede uma correção: “*Neste caso foi citado no corpo do parecer que*  
659 *haveria uma condicionante com relação a reserva legal e a condicionante não foi*  
660 *inserida. Apenas para inserir a condicionante. Apresentar certidões do cartório de*  
661 *registro de imóveis com reserva legal averbada. Prazo 90 dias.*” - Luciano Junqueira



662 Melo - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Colocou em votação o item  
663 8.1 Cal Oeste e o **PROCESSO foi APROVADO** conforme o parecer da SUPRAM. -  
664 **Item 9. Processos Administrativos para exame de Licença de Operação Corretiva:**  
665 **9.1 Peripan Industrial Ltda. - Fiação e tecelagem plana e tubular com fibras**  
666 **naturais e sintéticas, com acabamento - Itaúna/MG - PA/Nº 01338/2002/003/2010 -**  
667 **Classe 5 - Apresentação: Supram ASF.** – Isabela – SUPRAM ASF – Solicitou fazer  
668 correção no controle processual.” *O controle processual informa que o empreendimento*  
669 *não será autuado por ter dado entrada no FCE e se tratar de denúncia espontânea.*  
670 *Essa questão está equivocada. Não se trata de denúncia espontânea, porque o*  
671 *empreendimento já teve licença ambiental anterior que venceu sem dar entrada no*  
672 *processo de revalidação em tempo hábil. Então, será sim autuado tendo em vista que*  
673 *não faz jus ao benefício da denúncia espontânea do artigo 15 do Decreto 44.844.*  
674 *Também com relação ao recurso hídrico trocar na parte do parecer do controle*  
675 *processual aonde fala, as análises realizadas pela equipe da SUPRAM Alto São*  
676 *Francisco a água utilizada serve para consumo humano industrial. Até aí vai*  
677 *permanecer. Em razão de regularização do recurso hídrico até o número do processo*  
678 *de outorga, essa parte vai sair e vai dar lugar a outro texto que é: As outorgas terão*  
679 *seus prazos prorrogados ficando vinculadas ao prazo estabelecido nesta licença.*  
680 *Também deve ser retirada condicionante número 9 que era para formalizar um novo*  
681 *processo de outorga, porque o prazo já vai ser o mesmo prazo da licença.”* – Roberto  
682 Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três  
683 Marias – Informou que as condicionantes 6 e 12 estavam idênticas. “A 12 está repetindo  
684 a 6 e eu não vejo razão nenhuma para duas existirem. Existem observações sobre esse  
685 processo aqui que estão no relatório que eu, antes dessa reunião aqui discuti com a  
686 consultora, que é muito competente, mas eu acho que seria importante que ela  
687 transmitisse. Existem outras coisas no processo, como prazo da condicionante 8 que é  
688 uma adequação de uma estação de tratamento em 30 dias, acho que só Deus. Eu acho  
689 que ela está inscrita e ela vai falar sobre isso. Também sobre, existe, por exemplo, o  
690 monitoramento do efluente lançado no rio, mas não tem pedido de monitoramento da  
691 entrada. Ora, sem a entrada se você monitorar a saída onde é que fica o seu  
692 desempenho? Você não teria desempenho, mas a consultora está presente e eu acho  
693 que ela pode dar mais detalhes do que eu. – Mauro da Fonseca Ellovitch –  
694 Representante Ministério Público – Solicitou informações no parecer, no item medidas  
695 mitigadoras, 2.7 efluentes atmosféricos: “Será condicionado no anexo 1 e 2 desse  
696 parecer o consumo de lenha plantada e o monitoramento do material particulado das  
697 caldeiras. Eu não vi aqui a condicionante do consumo de lenha plantada e queria até  
698 saber qual é o consumo da empresa? Qual é a quantidade de metros cúbicos anual de  
699 consumo que a empresa tem?” – SUPRAM ASF – Respondeu: “O consumo de lenha.  
700 Vou começar pelo consumo de lenha que é 2.7 que é anterior. Sobre o consumo de  
701 lenha a empresa só realiza o consumo de lenha plantada. Ela possui certificado por  
702 volta de 30 m<sup>3</sup>/Mês. Realmente não foi colocada essa condicionante. Sobre a sua  
703 condicionante de entrada e saída está perfeita. Teve um erro no parecer técnico que eu  
704 coloquei que foi só um ponto. São dois pontos. Entradas e saídas. Sobre o argumento  
705 que nós colocamos para seguir a legislação sobre os parâmetros, nós temos os  
706 parâmetros aqui que serão usados os mesmos pedidos pela IBATEC. Serão os mesmos.  
707 Só um minuto, por favor. Temperatura, PH, sólidos em suspensão, sólidos  
708 sedimentados, DBO, DQO, cor, sulfetos, nitrogênio, cromo hexavalente, ferro total,  
709 vazão média, m<sup>3</sup>/dia, isso é muito importante, cromo trivalente, óleos e graxas, cobre e



710 zinco surfactantes que é o ABS.” – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante  
711 Ministério Público – Concordou que o consumo de lenha é bem abaixo do previsto no  
712 artigo 47. Sugeriu a inclusão da condicionante: “*Manter no empreendimento os*  
713 *registros da origem da lenha expedidos pelo IEF.*” - Luciano Junqueira Melo -  
714 Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Colocou em votação o item 9.1 da  
715 pauta Peripan Industrial e o **PROCESSO foi APROVADO** de acordo com o parecer da  
716 SUPRAM. Em seguida colocou em votação a exclusão da condicionante 2, a inserção  
717 do item de entrada do anexo 2 do automonitoramento e a condicionante proposta pelo  
718 Ministério Público. **AS CONDICIONANTES FORAM ALTERADAS E**  
719 **INSERIDAS.** Em seguida colocou em discussão a condicionante número 8 que trata do  
720 prazo para fazer a adequação na ETE. – Regina Greco – Consultora Casa Nobre –  
721 Solicitou prorrogação no prazo. “*A empresa já está com o tanque de equalização*  
722 *construído. Já estão previstos os equipamentos para ele funcionar. Eles já foram*  
723 *comprados. Só que a construtora dos equipamentos pediu um prazo de 45 dias para*  
724 *fazer a entrega. Eles falaram que estão cheios de pedidos, por isso que nós estamos*  
725 *pedindo 120 dias que nós temos um prazo de folga e dá para poder equalizar e*  
726 *funcionar a ETE com maior eficiência. Isso é para melhoria de eficiência da Estação de*  
727 *Tratamento de Efluente Industrial.*” - Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da  
728 URC Alto São Francisco – Informou que a SUPRAM concordava com a proposta de  
729 alteração do prazo da condicionante para 120 dias e colocou em votação a alteração da  
730 condicionante número 8 com a sugestão de alteração do prazo de 30 para 120 dias e a  
731 **CONDICIONANTE ALTERADA.** – **Item 9.2 S&D Madeiras Ltda. - Fabricação de**  
732 **móveis de madeira, vime e junco ou com predominância destes materiais, com**  
733 **pintura e/ou verniz e Tratamento químico para preservação da madeira. -**  
734 **Martinho Campos/MG - PA/Nº 17975/2007/002/2011 - Classe 3 - Apresentação:**  
735 **Supram ASF.** - Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São  
736 Francisco – Informou que havia um inscrito para manifestar. – Custódio –  
737 Representante S&D Madeiras – “*Eu queria só registrar que, na verdade, as outras*  
738 *unidades não estavam irregulares. Havia um cômputo de volumes equivocados por*  
739 *parte do IEF. Foi pedido que fizesse a correção. Como a correção gera um DAE de*  
740 *baixa renovação de registro, esse DAE foi revalidado e o vencimento e a renovação*  
741 *postergada. Em momento algum as unidades do grupo estiveram irregulares. É para*  
742 *que isso fique registrado.*” - Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC  
743 Alto São Francisco – Colocou em votação o item 9.2 - S&D Madeiras e o **PROCESSO**  
744 **foi APROVADO** conforme o parecer da SUPRAM. - **Item 10. Processos**  
745 **Administrativos para exame de Revalidação de Licença Operação: 10.1 Cerâmica**  
746 **Martins Ltda. - Outras formas de tratamento ou de disposição de resíduos não**  
747 **listados ou não classificados e Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de**  
748 **barro cozido, exclusive de cerâmica - Igaratinga/MG - PA/Nº 01200/2003/004/2011**  
749 **- Classe 3 - Apresentação: Supram ASF.** – Roberto Soares Nogueira – Representante  
750 Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três Marias – Ressaltou sobre uma  
751 situação defendida por ele. “*Eu defendo uma tese aqui neste conselho, há muito tempo,*  
752 *de que indeferimento de revalidação de licença é prêmio para quem não cumpriu com*  
753 *as suas obrigações. Esse processo, específico, 10.1 eu queria propor aqui que nós não*  
754 *aceitássemos essa proposta de indeferimento e realmente fizéssemos a empresa*  
755 *entender que ela está perdendo com o não cumprimento das coisas. Mesmo porque, por*  
756 *dois motivos eu estou fazendo essa proposta. Ela teve bom desempenho nos dois últimos*  
757 *anos. Quer dizer que a empresa caiu na real que ela não podia protelar condicionantes,*





758 que ela não podia deixar de fazer monitoramento. Segundo, que vai ser prêmio mesmo  
759 se ela entrar com um novo processo de licenciamento porque se trata de uma  
760 microempresa que não vai ter custo nenhum disso. A minha proposta é aprovar essa  
761 licença tirando 2 anos do prazo. Está certo? A Lei nos faculta isso aqui. Um  
762 desempenho não totalmente correto pode ser punido com redução de prazo da  
763 revalidação. Eu gostaria que nós votássemos essa proposta aqui. Até a bem do  
764 conselho que é menos trabalho, para o bem da SUPRAM ter menos trabalho e a  
765 empresa já mostrou nos 2 últimos anos que ela caiu na real e está cumprindo as  
766 obrigações.” – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público –  
767 Discordou do posicionamento do conselheiro Roberto. “Eu tenho que discordar  
768 veementemente. Primeiro de tudo. Indeferimento não é premiação para ninguém. Se  
769 fosse prêmio os empreendedores não viriam aqui, como vem toda vez pedir para não  
770 deixar de revalidar. É premiação você revalidar quem não teve um desempenho  
771 ambiental bom ou considerado satisfatório. Depois eu gostaria de ponderar também  
772 que todas as condicionantes tem prazo. Aqui nós estamos fazendo alguma coisa séria.  
773 Eu acho que ninguém saiu de casa aqui para brincar ou fazer alguma coisa só para  
774 constar no papel. Nós estamos aqui falando de prazos sérios. Nós estamos falando de,  
775 na verdade, esses prazos são concedidos para que ele possa resolver, mas durante esse  
776 prazo vai continuar poluindo. Nós estamos aqui falando, ah ele adequou nos últimos 2  
777 anos, no último ano, no último mês. O fato é que durante pelo menos metade da licença  
778 ele continuou causando poluição grave. Em contrariedade ao certificado de licença que  
779 ele tinha. Ele não pode alegar desconhecimento das obrigações. Se ele tinha que cair  
780 na real, ele tinha que ter caído no momento que ele veio pedir a licença aqui perante  
781 esse conselho. Eu encaro como acredito que todos os senhores aqui com muita  
782 seriedade a nossa função aqui. Eu encaro com muita seriedade a discussão de prazos.  
783 Eu até dou o mérito para o Roberto no último parecer, porque o senhor foi muito feliz e  
784 falou. Olha, essa prazo aqui é impraticável. Vamos discutir ele. Vamos adequar. Tanto  
785 que nós geramos uma discussão, uma adequação. Agora fazer pouco desse prazo que  
786 nós estabelecemos é desmerecer esse próprio conselho, desmerecer a função dessa  
787 URC. Eu acho que se forem estabelecidos prazos, o dever do empreendedor plenamente  
788 ciente era de cumprir esses prazos e caso não fosse possível cumprir, oficiar ao órgão  
789 competente para que fosse pedido uma prorrogação justificada. Agora, premiar uma  
790 desídia por metade de tempo da licença, eu não vejo isso como adequado. Eu vejo isso  
791 como um desprestígio ao COPAM, como desprestígio a Legislação e como desprestígio  
792 ao trabalho de todos os conselheiros dessa URC. Eu não vejo possibilidade dessa  
793 revalidação da maneira como esse empreendimento desenvolveu as suas atividades.  
794 Digo mais. Eu já expliquei da outra vez, vou voltar a explicar. As consequências do  
795 indeferimento são muito diferentes de um deferimento com redução de prazo. O  
796 indeferimento o empreendimento é obrigado instantaneamente a realizar medidas de  
797 controle, assumir pelas obrigações perante o Estado para que ele possa obter nova  
798 licença. Uma revalidação você dá prazo para quem teve um desempenho ambiental  
799 ruim e ele continua operando numa aparência de legalidade. Numa legalidade formal.  
800 Eu cito um caso prático. Cito o caso por exemplo da RADIL Alimentos cuja licença foi  
801 indeferida. Ele não cumpriu as obrigações de revalidar e as obrigações num termo de  
802 que ele deveria ter feito para adequação do seu empreendimento. Continuou operando  
803 sem a licença, por isso hoje em dia está respondendo a ação penal. Se nós tivéssemos  
804 só reduzido o prazo dele, essa ação penal seria incabível e nós já estamos abraçando  
805 uma legalidade que daqui há 1 ano, 2 anos, 6 meses nós já íamos estar voltando para



806 *indeferir e nós não íamos conseguir retirar a poluição que foi causada nesse meio*  
807 *tempo. São consequências bem diversas. Eu acho que nós temos que ponderar isso no*  
808 *juízo dessas revalidações.” – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê*  
809 *de Bacias do Entorno da Represa de Três Marias – Discordou do conselheiro: “Primeiro*  
810 *que não está havendo dano. Não está havendo mal lá, porque nos últimos 2 anos está*  
811 *fazendo o monitoramento e as condicionantes estavam cumpridas. Quer dizer, nós não*  
812 *estamos provocando nenhum mal para o Meio Ambiente. Se nós concedermos o*  
813 *indeferimento o que vai acontecer? Imediatamente essa empresa vai entrar com um*  
814 *pedido de licenciamento, vai ganhar os 6 anos, porque no licenciamento é impossível*  
815 *tirar esses dois anos e não vai custar nada para a empresa, porque é uma micro*  
816 *empresa. Ela não custos do licenciamento. Seria um prêmio tremendo nós indeferirmos*  
817 *este caso específico. Agora, eu me esqueci também. No registro de classe do*  
818 *responsável não tem nada lá. Seria interessante pedir ART, sei lá, registro no CREA,*  
819 *onde necessário, está só o nome da pessoa sem o registro de classe. Eu reitero aqui que*  
820 *nós, primeiro vamos criar trabalhos desnecessários para empresa que se adequou.*  
821 *Mesmo com atraso, mesmo com problemas. Não estou tirando a sua razão de que ele*  
822 *não cumpriu realmente o licenciamento anterior, mas nós estaríamos premiando essa*  
823 *empresa ao indeferi-lo.” – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério*  
824 *Público – Explicou entendendo que não era prêmio. “Se fosse prêmio o empreendedor*  
825 *não, o representante do empreendedor não ia estar aqui pedido para ser*  
826 *desconsiderada. Ele ia estar aqui pedindo, inclusive ser não deferida. Não é o caso.*  
827 *Digo mais, nós estabelecemos uma licença com o prazo de 4 anos para ser cumprido só*  
828 *2? Como é que nós vamos falar que essa empresa teve um desempenho ambiental bom?*  
829 *E se a empresa não teve um desempenho ambiental bom ela não merece. Perdão. Isso,*  
830 *6 anos e ela só cumpriu 2? Pior ainda, mais grave ainda. Obrigado pela lembrança.*  
831 *2/3 do período da licença ela não cumpriu? Quem vai ser o técnico que vai vir aqui e*  
832 *assinar um parecer dizendo que ela teve um desempenho ambiental bom? Mais. Eu não*  
833 *vou assinar um documento, uma licença falando que ele merece uma revalidação.*  
834 *Porque revalidação é desempenho ambiental bom. Eu não vou vir aqui falar que ele*  
835 *teve um desempenho ambiental bom quando ele não teve. Mais. Vamos supor que nós*  
836 *adotássemos essa ideia da redução de prazo. Vamos por para 1 ano. Se ele descumprir*  
837 *2/3 dá na mesma porque vai ser revalidado de novo pela mesma lógica. Nós colocamos*  
838 *o prazo de 1 ano, ele pode cumprir 4 meses está tudo ok, nós vamos revalidar a*  
839 *próxima vez com 6 meses. A próxima vez com 1 para ele cumprir apenas 1/3. Eu não*  
840 *vejo possibilidade legal, ética de nós pegarmos e adotarmos um posicionamento desse.*  
841 *Eu já concluo. A minha ideia é basicamente essa. Os senhores estão cansados de saber.*  
842 *O empreendedor está cansado de saber quando ele pediu a licença. Eu digo mais.*  
843 *Ainda vou concluir com uma frase que eu gostaria que os senhores pensassem um*  
844 *pouco nela. É do Oscar Wilde. Ele tem a maior sabedoria quando fala isso. Ele diz que*  
845 *a única coisa pior que a injustiça é a justiça sem espada na mão. Quando o direito não*  
846 *é poder, ele é perversidade. Se a lei está aí posta para não ser cumprida, ela é uma*  
847 *perversidade.” – Anaximandro – Representante PUC Minas - Lembrou aos*  
848 *conselheiros sobre os licenciamentos das cerâmicas de Igaratinga. “Salvo engano, ele,*  
849 *por favor, me corrija ou alguém da SUPRAM me corrija se eu omitir algum dado, se a*  
850 *memória não me socorrer tão bem. Os licenciamentos das cerâmicas de Igaratinga*  
851 *foram todos feitos e a informação que à época nós tivemos era que eles estavam todos,*  
852 *inclusive sendo custeados, os estudos, por uma grande usina que precisava que as*  
853 *cerâmicas de Igaratinga estivessem licenciadas para que pudessem destinar para elas*



854 parte do seu rejeito. Para que ela pudesse se licenciar, obter o ISO 14.001, etc., etc.  
855 Dentro daquela postura adotada pelo próprio COPAM de exigir o licenciamento de  
856 quem fornece e de quem recebe. Essa grande empresa, não vou usar, não vou ser  
857 leviano para, entendam o termo iludiu, por favor, Tônico, não como desmerecendo o  
858 pessoal de Igaratinga, mas ela prometeu que licenciaria essas indústrias, essas  
859 cerâmicas. Licenciou, realmente. As cerâmicas colocaram, pegaram os seus  
860 licenciamentos, imagino que apresentaram para essa grande indústria que estavam  
861 efetivamente licenciadas para que a ela pudesse comprovar a destinação  
862 ambientalmente correta do seu resíduo e aí eu não sei o que aconteceu. Imagino, estou  
863 aqui supondo que essa grande empresa esqueceu de Igaratinga após esse  
864 licenciamento. Respeitando a posição do Roberto e respeitando a posição do Dr.  
865 Mauro, eu estou me inclinando para falar com o Dr. Mauro mesmo. Porque se nós  
866 caçarmos as licenças de vocês, Antônio, antes de te ouvir essa grande empresa vai ter  
867 que se movimentar por algum motivo. Não sei o que vai acontecer. Porque é muito fácil  
868 ela vir, falar não eu vou licenciar todos vocês, porque vão receber o meu resíduo.  
869 Obviamente é micro empresa. O custo foi relativamente menor. Encomendou um estudo  
870 amplo e geral que poderia ser utilizado todas as demais cerâmicas para deixar  
871 literalmente vocês na mão com esse problema que vocês estão enfrentando agora. Eu  
872 não sei, queria trazer a memória para o conselho votar pensando em todo o processo e  
873 não somente no que nós estamos decidindo aqui agora. Porque nós fazemos, imagino  
874 obviamente que o licenciamento ambiental, mas somos mesmo um órgão de auxílio na  
875 gestão ambiental. Essa gestão tem que ser contínua. Falo isso com muita tranquilidade.  
876 Tem 2 ex-alunos meus aqui. Tinha mais um. Eu acho que foi embora. A minha fala  
877 dentro de sala de aula para o empreendedor, quando eu falo sobre licenciamento é  
878 essa. Não adianta simplesmente pegar a licença e esquecer, porque a consequência no  
879 futuro é muito pior. Não sei. Quero ouvir o Antônio para nós eventualmente formarmos  
880 a nossa opinião.” – Francisco de Assis Braga – Representante ABES – Também se  
881 manifestou. “Nós já viemos aqui no conselho lidando com essa dificuldade de  
882 renovação de licença e avaliação do desempenho ambiental. Já tem umas 2 ou 3  
883 reuniões que nós tivemos esse problema. A dificuldade até do critério, as vezes, quando  
884 falta algum parâmetro, monitoramento de alguma coisa, algum período descoberto.  
885 Realmente é difícil, mas por outro lado, conforme eu concordo com o Dr. Mauro, a  
886 nossa responsabilidade aqui é extremamente grande. Nós também temos que ter  
887 coerência e não podemos abrir precedentes. Eu acho que em função disso, eu tenho  
888 uma sensibilidade muito grande no primeiro momento que vem há uma reunião atrás  
889 ou duas, eu tentei que os dois processos que passaram aqui fossem aprovados, mas nós  
890 vimos dificuldades. Eu até justifiquei para o Senhor. Esse daqui também eu olhei com  
891 bastante cuidado e carinho, mas infelizmente nós não podemos fazer isso. É uma  
892 responsabilidade muito grande. Nós não podemos abrir esse precedente para outros  
893 empreendimentos também. Nós não temos como votar favoravelmente. Fica  
894 extremamente difícil porque precedentes não podem ser abertos, porque senão depois  
895 nós não vamos ter critérios para poder votar. Eu acho que infelizmente, apesar de nós  
896 sabermos do baixo impacto, normalmente associado a atividade, mas vocês vão ter que  
897 regularizar o funcionamento e tomar mais cuidado com isso de agora para frente de  
898 maneira que tudo corra ambientalmente correto lá.” – Tônico – Representante Empresa  
899 – Agradeceu ao conselheiro Camilo por ceder o espaço para que ele pudesse fazer seu  
900 pronunciamento. “Querida pedir desculpas a todos vocês que me conhecem, mas  
901 especialmente ao representante do Ministério Público aqui neste instante, que me



902 *desculpe se em algum deslize das minhas palavras, porque não tenho cultura e nem*  
903 *estudo eu vier pronunciar alguma coisa que possa ofender a este conselho. Desde já*  
904 *fica o meu pedido de desculpas, para que não leve como ofensa. Primeiramente eu*  
905 *queria mostrar o que o conselheiro levantou que no início foi Sindicato de Siderurgia,*  
906 *Governos e Secretários de Estado, de Meio Ambiente que nós temos atas disso. A razão,*  
907 *senhor presidente, eu quero usar o prazo que eu tenho para todas as indústrias. A razão*  
908 *seria aquela que nós já tínhamos feito alguns estudos. A FEAM tinha feito estudos que*  
909 *poderiam injetar esses resíduos na massa cerâmica. Aquilo foi um grande alívio para*  
910 *aquelas siderurgias que estavam ali com a corda no pescoço com o Ministério Público*  
911 *que era chamado tal de Elefante Negro. Por todos os lados aqui na nossa região do*  
912 *Centro Oeste Mineiro. A cerâmica sim, senhor Promotor, foi aquela daquela frase que*  
913 *o senhor me disse que é fácil pedir esmola com o boné dos outros. Elas foram usadas*  
914 *dessa maneira. Foram lá, pegaram aqueles homens e o que esses empresários são. O*  
915 *senhor chega lá e o senhor não conhece quem que é, porque estão todos lá sujos de*  
916 *poeira, de barro danto para dar os seus empregos e a nossa economia da nossa cidade.*  
917 *Foram usados. As empresas poderosas que tem os seu potencial dentro do Estado, que*  
918 *nós sabemos politicamente fez com que essa manipulação licenciasse a cerâmica e que*  
919 *este licenciamento sem os nossos conhecimentos da época nos trouxe o prejuízo, porque*  
920 *se for de 4 anos como foram várias indústrias antes, nós teríamos revalidado todas as*  
921 *nossas licenças. O conselho é prova disso, porque há um ano e pouco nada disso era*  
922 *olhado. Era revalidada toda licença que eu também ocupava uma cadeira dessa.*  
923 *Diante do trabalho e do desempenho que nós passamos a ter e a responsabilidade com*  
924 *o Meio Ambiente. Não só a vontade de querer saber, de aprender e ajudar. Essas*  
925 *empresas quando se aliviaram e estavam com a responsabilidade se ausentaram porque*  
926 *não precisava mais. Nós, lá eu digo que a representante deles, lutando junto com eles*  
927 *ficamos a deriva sem saber o que é. Seria a mesma coisa um chegar aqui atrasado e*  
928 *falar, mas você chegou atrasado. Olha, mas eu não sabia o caminho. Eu prometo que*  
929 *em todas as reuniões agora eu chego, eu cheguei em todas as reuniões na hora, porque*  
930 *ele aprendeu o caminho. Aí vem a dificuldade que nós encontramos. Estão todos os*  
931 *relatórios quando nós vimos que o serviço que era para eles serem feitos, eles não*  
932 *cumpriram. Quando nós passamos a ter conhecimento, que a ajuda da SUPRAM que*  
933 *veio, nos auxiliou, nos orientando o quadro modificou. A presença dessa nossa boa*  
934 *vontade é tão grande que na reunião anterior que aqui estive em setembro ou agosto,*  
935 *quando um dos conselheiros amigos que tanto nos ajuda, que nos quer o nosso bem,*  
936 *quer ver os nossos esforços, nos sugeriu e nós procuramos mais uma pessoa. Cadê*  
937 *aquela que poderia buscar aquele coisa e nós contratamos um, negociamos, tiramos ele*  
938 *de dentro da SUPRAM, é o Daniel está aqui trabalhando conosco, para ver se nós*  
939 *fazemos melhor. Nossa vontade é essa e não lesar o município. Não lesar o nosso*  
940 *Brasil. Assim, senhor promotor, seguiu com a nossa falta de inteligência, de*  
941 *conhecimento nesta hora de trabalhador de olaria, agora que a cerâmica se alavancou*  
942 *com esse dito PAC que existe. O “Minha Casa, Minha Vida”. Ela ficou a deriva.*  
943 *Melhorou e deu conta de caminhar sozinha. Nós esquecemos da siderurgia. Nós*  
944 *esquecemos e hoje, somos obrigados a pegar o resíduos. Estão fazendo reunião para*  
945 *largar isso para um lado e o Meio Ambiente vai ter esse prejuízo que vocês sabem. Eu*  
946 *não conheço onde é que ele vai, mas onde é que ele vai? Ninguém sabe. Lá vira tijolo,*  
947 *vira produto, vira casa e bem cuidado. É isso que nós estamos pedindo. Eu não estou*  
948 *aqui para pedir que aprova, estou pedindo que, não sei se é baixar em diligência, se é*  
949 *pedido de vista me esqueço, mas que faça alguma coisa para ir lá primeiro para*



950 *conhecer os empreendimentos, porque o senhor disse uma frase muito bonita, mas eu*  
951 *tenho a simplicidade. Não tenho esse conhecimento dos grandes biólogos, mas tenho*  
952 *conhecimento daquilo que Jesus disse: A lei mata, mas o espírito vivifica. A Lei pode*  
953 *estar matando a cerâmica, mas se o senhor for lá e constatar o espírito da coisa vai dar*  
954 *essa força para o senhor aprovar isso para nós. Vai ver que não é assim. O destino do*  
955 *resíduo do que é feito, sai daqui de Divinópolis. Vai ver como ele é exposto. Naquela*  
956 *época era aterro. Vem aqui com determinadas condicionantes. Não cumpriu o aterro.*  
957 *Ele fez um depósito e não tem porta. Olha gente! Era um aterro, mas quando aquela*  
958 *empresa que no nosso ver o aterro era 50, 60 cm e argila para colocar ele ali em cima,*  
959 *porque é isso que é feito dentro de siderurgia. Isso que é feito para dentro dos lixões,*  
960 *mas a cerâmica tem o seu depósito. Só porque ela não tem portão ela não cumpriu a*  
961 *condicionante. A comunidade não tem relação com a comunidade. Vai na Polícia.*  
962 *Pouco agora, uns 6 meses nós demos 2 motos para a Polícia. Vai no colégio, vê o que*  
963 *nós fazemos com feira de cultura, Meio Ambiente. Tudo que a Polícia precisa sobre*  
964 *Meio Ambiente nós estamos ali, mas nós não temos aquela maldade de fazer registro*  
965 *igual muitas associações bonitas tem. Faz aqueles papéis, aqueles jornais e soltam pela*  
966 *imprensa ai a fora. Isto é o que vale. Não. Nós queremos é que verifique, ver o que é*  
967 *aquilo. Uma empresa que não teve uma autuação durante o seu trabalho. Vai lá ver*  
968 *onde que ela está inserida. Dentro da rua. Porque ela teve um bom comportamento com*  
969 *a sociedade. Ela é nossa economia. Nós estamos vendo a Cerâmica Malibu. Estou*  
970 *dando exemplo dela. Não fez aterro. A rosca dosadora, porque não está lá instalada?*  
971 *Porque quando a siderurgia precisava ela tinha uma matéria. Depois trocou. Ela*  
972 *desovou tudo aquilo que ela precisava que nós nos ajudamos contribuindo com o Meio*  
973 *Ambiente. Tem que tirar aquela rosca e mudar, porque ela não funciona. Hoje é lama*  
974 *de aciaria, porque nós sabemos que o ferro vem da China, porque está é a lei do Brasil.*  
975 *Pegar o que é nosso, de fora para lá, comprar caro aqui. Estão fazendo a aciaria uma*  
976 *lama, Dr.. Ela não passa nas roscas porque o pó é fininho, ele deslizava. Tem que*  
977 *trocar. Dá nos momentos que a empresa está lutando para que cada depósito daquele*  
978 *custa R\$ 80.000,00. Vai lá verificar. Corrói tudo com aquilo ali. Nós estamos no*  
979 *prejuízo porque a empresa adaptou para fazer com aquilo e agora é difícil de tirar*  
980 *aquilo de uma hora para outra que vai dar um prejuízo para a empresa. Nós somos*  
981 *obrigados a buscar isso aqui e passar por isso. Porque poderia ser tudo AAF e nós não*  
982 *estamos pedindo nenhuma equipe de vocês que nos ajudem. Poderia estar todos vocês*  
983 *falando, Igaratinga está bem, porque a Lei é essa para cerâmica, mas por causa desse*  
984 *pó só, promotor. O que acontece é isso. Essa confusão todinha aqui. Quanto a Malibu*  
985 *também, outro exemplo. Lá está na sua condicionante. Não tem pedido de ruído. Ela*  
986 *mandou, porque lá na condicionante não tinha pedido de ruído. Quando nós vimos,*  
987 *Dr., que nas outras tinha, nós mandamos por conta própria. Nós nos orientamos. Nós*  
988 *somos um bloco como vocês. As nossas conversas de noite são nos barzinhos, nas*  
989 *pracinhas. Ali todo mundo sabe o que está acontecendo. Não é uma coisa isolada, uma*  
990 *empresa que tem um advogado. Não é não. Todo mundo chama de Tônico. Eu chego lá*  
991 *e qualquer uma das empresas pela porta do fundo. Não precisa pedir ninguém não,*  
992 *porque nós somos assim. Quanto a água. O do esgoto. Vocês vão ver que a nossa*  
993 *cidade não tinha água até fazer a intervenção no córrego. Era 7 poços artesianos cujo*  
994 *o meu irmão é um dos que toma conta lá. Teve que fazer intervenção no córrego,*  
995 *porque não tinha água. Nós compramos um caminhão pipa, está lá o registro, o*  
996 *certificado, associação dele para evitar de jogar aquela água fora. A água que usa na*  
997 *cerâmica está usando documento na COPASA para buscar todo o histórico na*



998 COPASA. Com a cerâmica gastar 35 mil litros, 40 mil litros d'água por mês. Olha lá o  
999 efluente que ela tem ali dentro da cobrança. Tinha que entender que não é assim. Se  
1000 fosse nós também éramos contra. 30 mil litros d'água. É o banheiro que nós temos na  
1001 nossa casa. Não tem mais nada. Vamos lá ver. É isso e mais nada. O efluente líquido  
1002 dela é isso, Dr. É o que tem em todos os Ministérios Públicos. Não tem outro. O  
1003 problema que nós ficamos é isso. Queremos que conheçam isto aí. Dentro deste pedido  
1004 que nós estamos fazendo, que eu não sei de que forma fazer ele. Eu queria desde já  
1005 agradecer profundamente aos trabalhadores da SUPRAM. Todos que estão aqui de  
1006 prova, que todos estão aqui e que nós conhecemos o esforço de cada um deles. Aquele  
1007 trabalho que entra numa estrada de 27 km de buracos, poeira, tudo quanto há para  
1008 chegar na cidade de Igaratinga. Chega lá tem que colocar, não é que 30 metros, 50  
1009 metros de via dentro da empresa o caminhão pipa tem que ser aspersor de águas. Nós  
1010 buscamos caminhão pipa onde é que extrai a argila para não jogar a nossa água  
1011 potável fora. Usa caminhão até a outra cidade. A estrada do DER cortava a cidade e  
1012 sujava todo mundo. A cerâmica. Pode perguntar a comunidade. Aguou durante todos os  
1013 anos. Agora este ano que nós conseguimos ajudar e realizar 1 km de asfalto dentro das  
1014 ruas no meio da cerâmica, mas a cerâmica tem que aguar, senão a condicionante é  
1015 culpada. É uma coisa muito triste eu vejo isso nos técnicos. Será que dá para eu passar  
1016 por essa estrada? Agora, quanto a cerâmica, ela tem que fazer. O Estado não faz. Eu  
1017 queria pedir também, mostrar a coordenadoria, ou setor jurídico que nós vemos neles o  
1018 que eles conhecem. A dificuldade que tem de ensinar também deferimento deste, porque  
1019 vai indeferir uma cerâmica que tem o esgoto que tem 6 ou 8 funcionários que a mesma  
1020 que tem aqui na SUPRAM com 50 funcionários e que não tem nada lançado no  
1021 Itapecerica. É isso que nós pedimos. O que atrasou foi isso. Não trouxe o prejuízo ao  
1022 Meio Ambiente. Vai lá primeiro, que olha. Eu falei da última vez. Foram 12 cerâmicas.  
1023 Eu acho que as primeiras que entraram. As outras nós já começamos caminhar, ter  
1024 conhecimento. Essas outras podem ser cobradas. Eu concordo, mas que essas  
1025 primeiras foi aquele grupo que nós entramos sem saber que poderia ter feito tudo na  
1026 AAF e estar livre de tudo. Uma cerâmica que durante esse tempo não teve um auto de  
1027 infração. Mostra a sua competência com o Meio Ambiente. São várias coisas que nós  
1028 queríamos mostrar. O que ela faz, o que ela está fazendo, de que forma ela é, para que  
1029 depois ela seja julgada. A Lei está certa. Tem que ser cumprida, mas vocês tem essa  
1030 condição. O conselho tem essa condição. A SUPRAM tem que fazer a Lei. Nós vemos o  
1031 tanto que eles se preocupam, porque toda hora eles estão vindo. Não tem condições  
1032 mesmo, tem que cumprir a Lei. Eles são obrigados. É aquilo que eu estava falando.  
1033 Eles também tem essa consciência, porque eles também são seres humanos. Os  
1034 senhores tem essa consciência. Os senhores tem essa consciência, mas os senhores são  
1035 diferentes, porque o conselho tem poder. De sim, de dar carta branca que tira 2 anos,  
1036 mas que deixe a empresa continuar fazendo o que ela vem fazendo, que apresentou tudo  
1037 direitinho. Nenhum relatório fora. Quanto a Cerâmica Oeste teve um relatório D  
1038 dentro de fossa séptica dela que deu alterado, ele foi apresentado alterado, porque  
1039 somos justos, porque tem empresa técnica que chegava lá. Ah esse daqui está. Não nós  
1040 vamos ver onde que está o erro. Não que isso. você vem cá e joga bactéria aqui dentro.  
1041 Todo dia é o que você faz, mas está tranquilo. Por que os outros sabedores fazem isso?  
1042 A cerâmica não tem essa cultura. Ele sabe fazer tijolo. Ele mexe é com lenha. Mexe é  
1043 com barro. Não tem essa sabedoria. O que nós pedimos é isso. Não estou pedindo para  
1044 vocês aprovarem aqui hoje. Não estou pedindo isto. Não quero, mas eu peço ao senhor  
1045 promotor, que representa a força maior dos cumprimentos de incidir as Leis. Faça. Nós



1046 *dê a honra de ir lá visitar a Cerâmica Martins, Malibu, Cerâmica Oeste para depois*  
1047 *então o senhor falar para mim assim. Tônico, você perdeu, porque está errado. O*  
1048 *senhor vai ver a força de vontade, aquilo que eles têm que não é o que parece no papel.*  
1049 *O papel é papel. E visão é visão. É isso que nós estamos pedindo. Quantos estão por*  
1050 *ai? Nós vemos. Eles estão lá dentro da cidade, trabalhando, lutando e nós estamos lá*  
1051 *juntos, fazendo tudo. Dá uma preocupação do outro. O outro não. Primeira coisa é*  
1052 *caçar um político. Nós não caçamos. Nós viemos aqui pedindo desculpas porque não*  
1053 *sabemos falar, mas sim falando do coração, falando do nosso sentimento e do nosso*  
1054 *entendimento. Não usamos palavras, não usamos nada. Entendemos que o que é certo é*  
1055 *certo, mas sim está para anotar aqui que tudo que foi um desentendimento lá no início,*  
1056 *mas que depois que aprendeu a caminhar não parou a sua caminhada. Continua*  
1057 *caminhando e estão caminhando. Não pararam. Mostra boa vontade, porque seria*  
1058 *muito fácil não fazer nada. Chegar agora e pedir renovação de licença, mas não.*  
1059 *Continuou. A intenção de cada um. Nós moramos lá, Dr. Nós moramos é lá. Eu sempre*  
1060 *falo com a minha família e mostro isso para todo mundo. Aqueles espetos que nós*  
1061 *jogamos fora do nosso coração, o primeiro lugar que ele alcança são os nossos pés.*  
1062 *Nós que estamos ofendidos. Nós seríamos os primeiros ofendidos com isso lá. Foi*  
1063 *realizada a queima. Lá é só lenha. Lenha de eucalipto e argila. Não tem mais nada. É*  
1064 *isto. Eu queria que fosse para ver. Para ver o sistema. Ele é feio, porque é tijolo que sai*  
1065 *lá, mas portanto o senhor vai ver que é uma relação bonita, uma comunidade que luta,*  
1066 *que trabalha, que praticamente índios que não tem o entendimento daquela empresa*  
1067 *que tem o advogado, que tem a sua maldade. Vamos fazer isso para nós fazermos.*  
1068 *Vamos fazer isso para dar certo. Não tem aquilo. Ele não tem condições de fazer. Eu*  
1069 *agradeço desde já ao conselho e peço se possível fazer isto que vai ser bom para os*  
1070 *outros que são 10 que estão aqui na renovação da licença. Nossa cidade fica*  
1071 *prejudicada com isso. É muito ruim para quem quer dar certo, porque quem quer andar*  
1072 *errado tem todos os meios e nós sabemos disso. Outro dia, Dr., eu fui fazer uma*  
1073 *transferência de um caminhão meu e eu fiz uma solda alterada no chassi do caminhão.*  
1074 *Cheguei lá, disseram que não podia ter feito essa coisa. Eu fui na Delegada e ela disse,*  
1075 *ah mais não podia. Falei, Dra. eu estou me denunciando, fui eu quem fiz. Eu que fiz. Eu*  
1076 *errei. Eu não sabia. Agora, quanto a senhora está aqui, prende o caminhão, manda dar*  
1077 *uma vistoria, manda fazer qualquer coisa, porque é isso que nós temos que fazer. O que*  
1078 *eu estou pedindo ao senhor também que é representante maior da Lei neste instante,*  
1079 *que faça alguma coisa para ver se nós estamos errados primeiro ou só porque se fez*  
1080 *aquele negócio ali, porque fez com maldade que não é. Agradeço a cada um de vocês a*  
1081 *boa vontade. Agradeço aos técnicos que trabalham, que lutam e que se nós não nos*  
1082 *vermos mais por esses dias que a Páscoa do Senhor Jesus ressuscite no coração de*  
1083 *cada um de nós. Obrigado.” – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério*  
1084 *Público – Fez algumas ponderações e sobre as cerâmicas de Igaratinga. “Primeiro em*  
1085 *nenhum momento o Ministério Público está querendo aqui prejudicar Igaratinga, a*  
1086 *população que lá trabalha, todo mundo que sobrevive da questão da cerâmica. Nós*  
1087 *estamos querendo fazer exatamente cumprir a lei, porque é a lei que garante a*  
1088 *civilidade. É o que garante que a sociedade ande em alguma ordem. A partir do*  
1089 *momento que eu achar como representante do Ministério Público, como cidadão que eu*  
1090 *sou maior que a lei, nós partimos para a barbárie, porque a linha é muito tênue. Se eu*  
1091 *acho que posso descumprir essa lei que eu acho menos importante do que outra, logo*  
1092 *eu estarei descumprindo outra e outra e vai estar imperando a lei do mais forte. Eu sei*  
1093 *que o senhor não quer isso. Ninguém aqui quer isso. Estou explicando para o senhor a*



1094 razão de nós adotarmos esse posicionamento. Aqui a nossa função, a minha função, eu  
1095 sou pago pelo Estado para defender a justiça e a lei. Eu acho que nós fazendo,  
1096 desempenhando essa função eu não vejo como estar punindo Igaratinga. Na verdade eu  
1097 me vejo como protegendo Igaratinga e toda sociedade fazendo, tomando essa postura.  
1098 Depois o senhor falou. Eu conheço bastante a questão. É que o senhor não me conhece  
1099 pessoalmente, mas eu conheço bastante a questão da indústria ceramista. É uma  
1100 indústria importante para o Brasil, para a construção. Principalmente para o  
1101 aproveitamento de resíduos que eu sei muito bem que antigamente tinha algumas  
1102 indústrias ainda na fase ilegalmente usam para contaminar o Meio Ambiente. Eu fui  
1103 promotor muitos anos no noroeste de Minas, aquela região de Monte Carmelo,  
1104 Coromandel que o senhor sabe melhor do que eu que é uma região ceramista também.  
1105 Também tem as suas dificuldades de regularização. Não estou insensível para as  
1106 dificuldades que a indústria ceramista e a população de Igaratinga passam. Agora, nós  
1107 temos que ponderar. Cada coisa funciona em determinada esfera. Se eu achasse, se eu  
1108 tivesse convencimento pelas provas de que a indústria está evoluindo dolosamente, que  
1109 ela não tinha a intenção de se regularizar, que ela estava poluindo criminosamente eu  
1110 ia estar entrando com ação penal. Eu não ia estaria discutindo aqui revalidação ou não  
1111 do licenciamento, ia estar entrando com a ação criminal. Não parece ser o caso. O  
1112 caso parecer ser o quê? De nós avaliarmos o desempenho ambiental e infelizmente, as  
1113 indústrias que estão em pauta hoje aqui para revalidação não tiveram um bom  
1114 desempenho ambiental. O senhor mesmo é o primeiro a falar isso. Eu duvido que aqui  
1115 alguém vem querer vir e dizer que alguma dessas empresas teve um bom desempenho  
1116 ambiental. A questão de revalidação e licença é isso. Nós estamos avaliando o quê? A  
1117 empresa teve um bom desempenho ambiental e merece ser revalidada ou ela não teve  
1118 um bom desempenho ambiental, merece e deve tomar outro caminho, que é a questão  
1119 da LOC. É bem essa questão. Se algum de nós votássemos pela revalidação,  
1120 entendendo até os argumentos de ordem emocional do senhor, nós já estaríamos agindo  
1121 errado perante a Lei e perante a nossa responsabilidade como conselheiro. Porque eu  
1122 assinar aqui um voto meu pela revalidação, eu vou estar dizendo que a empresa teve  
1123 um bom desempenho ambiental. Se eu estiver dizendo aqui que a empresa teve um bom  
1124 desempenho ambiental eu vou estar mentindo. Ela não teve. Eu entendo que vocês estão  
1125 querendo se regularizarem. Eu estou vendo um bom caminho nisso pelo parecer único,  
1126 pelo fato da consultoria nova que vocês contrataram e até me disponho pessoalmente a  
1127 ir lá em Igaratinga para conhecer os empreendimentos, para conversar com os  
1128 empreendedores, para chamar a atenção deles das consequências que podem advir da  
1129 sua conduta ilegal e legal, regular ou irregular. São duas coisas bem diferentes. Agora,  
1130 eu não vejo possibilidade, estou falando com a maior sinceridade para o senhor,  
1131 embasado na lei e no julgamento das questões de fato, eu não vejo possibilidade de  
1132 revalidar essas licenças. Eu peço que o senhor entenda, mas eu acho que a empresa vai  
1133 ter que adotar outro caminho para a regularização. Ninguém está falando aqui em  
1134 fechamento imediato de porta. Ninguém está falando aqui em condenar a população ao  
1135 desemprego. Até porque eu sou contra esse argumento da vitimização. Não é o caso do  
1136 senhor não, mas muito empreendedor, eu vejo que o senhor está aqui representando  
1137 realmente aquelas pessoas que trabalham ali diretamente, mas todos aqui do conselho  
1138 estão cansados de ver os grandes empreendedores vir querer fazer o trabalhador de  
1139 refém. Ou vocês dão a licença do jeito que eu quero ou a população vai passar fome.  
1140 Infelizmente esse é um dilema que nós temos que conviver todo dia. Ninguém aqui quer  
1141 fechar empreendimento. Nós queremos que os empreendimentos se regularizem. Pelo





1142 *diagnóstico aqui eu vejo que vocês estão num bom caminho para se regularizarem, mas*  
1143 *o caminho, infelizmente, é outro. O caminho vai ser vocês buscarem uma licença de*  
1144 *operação corretiva, vocês buscarem um ajustamento com o Estado. Agora, dentro desse*  
1145 *procedimento de revalidação eu, infelizmente, não vejo possibilidade de votar pelo*  
1146 *deferimento. Pelo indeferimento. Infelizmente, vocês vão ter que adotar outro caminho.*  
1147 *Até como representante do Ministério Público eu me coloco a disposição para ir lá,*  
1148 *para ajudar os senhores para que esse novo caminho seja desenvolvido de outra*  
1149 *maneira, de uma maneira que seja mais frutífera para a sociedade. Agora, dentro desse*  
1150 *procedimento, infelizmente não tem como nós votarmos de maneira diferente. Pelo*  
1151 *menos essa é a minha leitura aqui do caso.” – Ronaldo Coimbra – Representante*  
1152 *DNPM – Informou que iria se ausentar da reunião. “Nós temos uma atividade de*  
1153 *fiscalização agora a tarde. Vai ser um pouco complicada. Eu estou comunicando a*  
1154 *minha retirada da reunião. Já dei as felicitações a Aline e me sinto mais a vontade para*  
1155 *sair.” - Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco –*  
1156 *Informou que diante da clareza da impossibilidade de colocar em votação a redução do*  
1157 *prazo de validade da licença, colocou em votação o item 10.1 da pauta - Cerâmica*  
1158 *Martins e o **PARECER foi APROVADO** conforme a proposta da SUPRAM. – **Item***  
1159 ***10.2 Cerâmica Ivani Aparecida de Camargos Abranches - ME. - Outras formas de***  
1160 ***tratamento ou de disposição de resíduos não listados ou não classificados e***  
1161 ***Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido, exclusive de cerâmica***  
1162 ***- Igaratinga/MG - PA/Nº 01396/2004/005/2011 - Classe 3 - Supram ASF. - Luciano***  
1163 *Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Colocou em*  
1164 *votação o parecer conforme proposta da SUPRAM e o **PARECER foi APROVADO***  
1165 *conforme proposta da SUPRAM. – **Item 10.3 Cerâmica Oeste Ltda. EPP. -***  
1166 ***Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido exclusive cerâmica.***  
1167 ***Outras formas de tratamento ou de disposição de resíduos não listados ou não***  
1168 ***classificados - Igaratinga/MG - PA/Nº 01294/2003/003/2011 - Classe 3 -***  
1169 ***Apresentação: Supram ASF. - Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC***  
1170 *Alto São Francisco – Colocou em votação o item 10.3 - Cerâmica Oeste Ltda – EPP e o*  
1171 ***PROCESSO foi APROVADO** conforme o parecer da SUPRAM. – **Item 10.4***  
1172 ***Cerâmica Malibu Ltda. - ME - Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de***  
1173 ***barro cozido exclusive cerâmica. Outras formas de tratamento ou de disposição de***  
1174 ***resíduos não listados ou não classificados - Igaratinga/MG - PA/Nº***  
1175 ***01286/2003/003/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram ASF. - Luciano Junqueira***  
1176 *Melo - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Colocou em votação o item*  
1177 *10.4 – Cerâmica Malibu Ltda – ME e o **PROCESSO foi APROVADO** conforme o*  
1178 *parecer da SUPRAM. - **Item 11 - Assuntos Gerais – Dirceu Costa – Representante***  
1179 *CODEMA Pains – Comentou sobre o licenciamento das rodovias. “*Em reuniões**  
1180 **anteriores eu falei aqui sobre o licenciamento das rodovias. Nós estamos andando e**  
1181 **vendo processos erosivos, lixo, vários problemas ambientais e até então não tive**  
1182 **resposta. Inclusive, aquela rodovia ali próximo a Pains, a MG-439. Eu falei que está**  
1183 **matando muita gente e disse aqui que ia citar o nome das pessoas que estavam**  
1184 **morrendo lá. Acaba que nós esquecemos. Inclusive, há dias morreu o vice-prefeito de**  
1185 **Doresópolis em acidente lá. De repente se a rodovia fosse licenciada teria evitado a**  
1186 **morte dessa pessoa e várias mortes que vem ocorrendo talvez por falta de**  
1187 **licenciamento ambiental.” – Marcelo Guimarães – Representante IBAMA – Solicitou*  
1188 *informações sobre a Fazenda Massambará. “*Eu gostaria de saber da SUPRAM o**  
1189 *posicionamento quanto a Fazenda Massambará de Pains que nós temos uma denúncia**



1190 da Linha Verde que o IBAMA. Já mandamos, inclusive, ofício para a SUPRAM. Foi  
1191 tomada alguma medida? Houve a fiscalização no local?” – Mauro da Fonseca  
1192 Ellovitch – Representante Ministério Público – Prestou informações sobre a questão:  
1193 “Eu já mencionei que o Ministério Público já tinha proposto a ação civil pública em  
1194 relação a esse procedimento. Eu tive a oportunidade de manifestar nele no final do ano  
1195 passado e eu pedi judicialmente. Como está sendo descumprido uma liminar que já foi  
1196 deferida para que ele pare de causar poluição e como ele está operando sem licença eu  
1197 já pedi judicialmente que fosse lacrado o empreendimento e retirado todos os animais  
1198 destinados a uma fazenda devidamente licenciada. Isso foi em agosto, você lembram?  
1199 Eu mencionei alguma coisa aqui. Foi agosto do ano passado e até hoje o juiz de Arcos  
1200 não se manifestou sobre a questão. Assim que eu tiver uma novidade eu comunico a  
1201 esse conselho. Todas as providências judicialmente cabíveis que eu podia fazer nesse  
1202 caso eu já adotei. Eu preciso agora que o poder judiciário se posicione.” Informou que  
1203 iria encaminhar a transcrição da ata para o juiz de Arcos. “Acredito que ele se  
1204 conscientize de que é uma demanda reiterada aqui nesse conselho e que nós estamos  
1205 dependendo de um provimento judicial para corrigir uma ilegalidade.” – Camilo de  
1206 Lélis André Melo – Representante FEDERAMINAS – Informou que esteve na fazenda  
1207 e que diminuíram a quantidade de animais no empreendimento, que estavam fazendo as  
1208 lagoas de decantação e procurando se adequar para atender um TAC que foi firmado. –  
1209 Paula – SUPRAM ASF – Prestou alguns esclarecimentos: “O secretário está com uma  
1210 pendência com vocês de responder as moções que foram aprovadas. Em relação às  
1211 rodovias, Dirceu, como é um procedimento comum no Estado em não se fazer LOC de  
1212 rodovia, nós encaminhamos essa questão a SEMAD que também está nos devendo uma  
1213 resposta. Eu vou cobrar deles e na próxima reunião eu tento trazer para você se já  
1214 existe algum posicionamento sobre LOC de rodovia. Na mesma reunião que você  
1215 cobrou nós já encaminhamos para Belo Horizonte para tentar alinhar isso no nível de  
1216 estado. Quanto a Fazenda Massambará tem um Termo de Ajustamento de Conduta  
1217 assinado pela SUPRAM. De fato, essas medidas que o Camilo se manifestou foram  
1218 todas medidas que foram impostas no TAC. Ele reduziu o plantel dele para conseguir  
1219 com que o efluente seja retido no sistema que ele tem hoje, que é um sistema provisório.  
1220 Esse TAC, ele vem cumprindo o TAC. Nós temos algumas pendências da parte técnica  
1221 em que o empreendedor foi notificado e não conseguiu finalizar as obras por causa  
1222 desse período de chuvoso que nós passamos. Ele estava com todos os equipamentos  
1223 comprados, mas a SUPRAM está acompanhando de muito perto do cumprimento desse  
1224 TAC. Nós já fizemos várias reuniões com o empreendedor, justamente porque nós  
1225 sabemos da gravidade do problema na região, principalmente por ser uma região  
1226 cárstica o que potencializa ainda mais o risco de contaminação. Nós estamos  
1227 analisando todos os projetos. Ele já tem uma LOC formalizada na SUPRAM  
1228 concomitante com o TAC ele está operando hoje sob força desse TAC e concomitante  
1229 com isso também nós estamos analisando um processo de licenciamento dele. Nós  
1230 realmente não tínhamos, não recebemos nenhuma notificação judicial no sentido de  
1231 suspensão de atividade. Qualquer manifestação que tenha nesse sentido também nós  
1232 vamos aguardar para poder efetivar a determinação. Em relação às moções, nós  
1233 tivemos uma reunião de alinhamento estratégico agora, recentemente. O Secretário  
1234 demonstrou através da Subsecretaria que está num esforço e num empenho muito  
1235 grande para reestruturar o quadro de pessoal da SEMAD, numa forma geral. O  
1236 contrato administrativo que o Lucélio pediu que venha com datas, com vagas então. O  
1237 contrato administrativo a previsão do início do processo de seleção é no dia 15 de



1238 *abril. No dia 15 de abril nós vamos estar começando a selecionar os novos contratados*  
1239 *para a SUPRAM. Foram aprovadas 15 vagas para toda a nossa regional. Além do*  
1240 *quadro da SUPRAM hoje, nós vamos recompor os quadros de núcleo de regularização*  
1241 *que são de responsabilidade da SUPRAM. Para o concurso foram aprovadas 380 vagas*  
1242 *para Minas Gerais inteiro. O concurso hoje está numa etapa em que ele já foi aprovado*  
1243 *e a SEPLAG está procurando a empresa para executar esse concurso. Nós estamos*  
1244 *num período de seleção da empresa executora. De imediato eles querem, eles vão*  
1245 *contratar 122 pessoas. Eles vão nomear 122 pessoas e a medida que nós formos*  
1246 *recebendo o que o Estado tiver com um orçamento melhor ele vai contratando até*  
1247 *atingir o número de 380. O concurso, a previsão é que ele saia até julho de 2012 e que*  
1248 *o início da nomeação comece após o período eleitoral em 2013. Essa em relação a*  
1249 *reconstituição ao quadro da SUPRAM. A outra moção foi em relação a contratação de*  
1250 *profissionais especializados como a Aline já explicou. São profissionais extremamente*  
1251 *caros até para a própria SEMAD contratar. A equipe da SUPRAM tem feito um esforço*  
1252 *muito grande para que não haja prejuízo nos pareceres. Se houver a necessidade, nós*  
1253 *vamos trabalhar através de algum convênio, mas até o momento nós conseguimos*  
1254 *analisar os pareceres com a questão da espeleologia, da arqueologia com a ajuda do*  
1255 *que nós temos hoje de material técnico e da legislação ambiental também. Peço aos*  
1256 *conselheiros que compreenda essa nossa deficiência para algum acaso se tiver em*  
1257 *algum dos pareceres técnicos. – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante*  
1258 *Ministério Público – Prestou informações em relação à questão das estradas. “Nós*  
1259 *estamos concluindo uma recomendação ao DER para que ele faça o licenciamento*  
1260 *corretivo de todas as estradas já instaladas, a licença de operação. Deve ser*  
1261 *apresentado até meados do mês de abril. Eu me comprometo para caso não seja*  
1262 *apresentado eu trago uma cópia para vocês na próxima reunião.” – Camilo de Lélis*  
1263 *André Melo – Representante FEDERAMINAS – Agradeceu ao conselheiro Mauro o*  
1264 *empenho dele a respeito das rodovias. “Isso é um absurdo. Nós brigamos aqui*  
1265 *combatendo as usinas de álcool para fazer, para unir as glebas e fazer um*  
1266 *licenciamento só. As estradas descem por goela abaixo e vai de qualquer jeito.*  
1267 *Infelizmente. Cumprimentar o senhor por essa notícia que o senhor nos trouxe e vamos*  
1268 *ver se até no próximo mês, não é Dirceu? Nós já temos isso. Gostaria de cumprimentar*  
1269 *a Paula pelo desempenho que está sendo feito na Fazenda Massambará que eu*  
1270 *acidentalmente acompanhei. Te cumprimentar e cumprimentar a Aline, recém chegada*  
1271 *que não estava presente, Aline. Nós lamentamos a sua ausência, mas eu disse no início.*  
1272 *Divinópolis é assim. Traz os técnicos, aprende, na hora que está no ponto mesmo que*  
1273 *está trabalhando vai para Belo Horizonte. Isso faz parte. Você está de parabéns pela*  
1274 *sua nova empreitada.” – Aline – FEAM – Justificou a transferência dela para Belo*  
1275 *Horizonte. “Eu quis vir hoje aqui até para me desculpar pela forma como eu me*  
1276 *desliguei da SUPRAM. Realmente é uma coisa que eu, sinceramente não esperava*  
1277 *mesmo da forma como foi. Principalmente foi uma indicação relâmpago. Eu acabei*  
1278 *tendo que mudar mesmo para Belo Horizonte sem ter tido tempo de me despedir até*  
1279 *mesmo dos meus colegas. Alguns estavam de férias ou não estavam dentro da*  
1280 *SUPRAM, porque estavam fora. Realmente foi uma coisa realmente inesperada.*  
1281 *Querida, obviamente, agradecer também por esse ano de trabalho aqui em Divinópolis,*  
1282 *eu como superintendente que realmente foi uma experiência muito positiva para mim.*  
1283 *No sentido de gestão mesmo sem estar diretamente ligada a área técnica, ao jurídico.*  
1284 *Enfim, uma experiência de gestão, uma experiência política que eu realmente não tinha*  
1285 *por ter vindo, ter origem técnica. Dizer também que durante esse pouco tempo que eu*



1286 *estou em Belo Horizonte, porque na verdade eu trabalhando efetivamente na FEAM eu,*  
1287 *tem vamos colocar uns 4 dias assim, integralmente lá dentro. O pouco que eu pude*  
1288 *perceber é que realmente a FEAM está um pouco, ela ficou um pouco apagada, vamos*  
1289 *dizer assim, dentro do SISEMA, mas ela tem projetos muito grandiosos. Projetos que eu*  
1290 *já tive a oportunidade pelo menos de ver superficialmente, não aprofundar muito em*  
1291 *várias áreas. Eu acho que o que a Secretaria quer de agora para frente não, de forma*  
1292 *alguma, diminuindo os dirigentes anteriores, porque são pessoas muito competentes. O*  
1293 *Dr. José Cláudio é uma pessoa, a história dele realmente se confunde com a história do*  
1294 *Meio Ambiente no Estado de Minas Gerais. É uma responsabilidade muito grande, mas*  
1295 *o que eu entendo que o objetivo de eu estar lá é apenas de tentar realçar a competência*  
1296 *da FEAM que de certa forma ficou um pouco escondida por questões corporativistas,*  
1297 *pela administração da própria Secretaria anterior. São várias as questões. Eu acho que*  
1298 *nós não temos aqui como atribuir um responsável pela FEAM ter ficado durante esse*  
1299 *tempo um pouco apagada embora trabalhando e trabalhando com projetos muito*  
1300 *grandiosos que eu tenho certeza que os senhores vão ter oportunidade de agora para*  
1301 *frente conhecer. Eu vou tentar trabalhar nesse sentido e dizer também que eu estou lá à*  
1302 *disposição. Continuo à disposição de todos, de quem, para atendê-los, para nós*  
1303 *conversarmos. A FEAM, o objetivo dela é inovar realmente. Eu fui apresentada para a*  
1304 *agência uma segunda geração. Quer dizer, inovar, trabalhar com as legislações a*  
1305 *partir dos problemas que são, que ocorrem aqui na ponta que é um subsídio muito*  
1306 *interessante para os trabalhos que estão sendo desenvolvidos lá. Oportunamente eu*  
1307 *quero voltar aqui para fazer uma apresentação detalhada desses projetos. Se eu não*  
1308 *puder em todas que alguém venha, mas que a FEAM se mostre para que vocês possam*  
1309 *ter conhecimento como conselheiros do papel dela. Eu vou ser muito sincera. Me*  
1310 *surpreendeu! Me surpreendeu assim positivamente. Eu acho que nós temos um grande*  
1311 *caminho pela frente. Eu espero realmente poder contribuir ainda mais com as questões*  
1312 *ambientais do Estado. É isso. Muito obrigada. Nós temos certeza que vamos nos ver*  
1313 *muito ainda nessa caminhada. Obrigada.” – Edécio Ferreira – Representante FAEMG*  
1314 *– Fez uma solicitação ao presidente em relação ao não cumprimento de condicionantes.*  
1315 *“Senhor presidente, esse assunto sobre as cerâmicas, sobre a possibilidade do*  
1316 *deferimento apesar do não cumprimento integral das condicionantes. É um assunto que*  
1317 *tem pautado com frequência nossas reuniões. Eu reporto ao senhor que mexe muito*  
1318 *com a minha cabeça. Eu tenho acompanhado o posicionamento do Ministério Público,*  
1319 *porque a legislação não nos permite que faça de forma diferente, mas eu gostaria que*  
1320 *isso fosse levado a Direção de Normas da Secretaria para que fizesse uma análise*  
1321 *apurada e verificasse a possibilidade de estudar uma maneira de nós implementarmos*  
1322 *essa ideia que o Dr. Roberto trouxe. De repente, nós podemos ter um posicionamento*  
1323 *intermediário não só de deferir ou indeferir ou deferir com algum tipo de punição como*  
1324 *o Roberto colocou de redução de tempo ou até com punição pecuniária.” - Luciano*  
1325 *Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Solicitou à*  
1326 *SUPRAM: “Paula, por favor, gostaria que você fizesse um questionamento a Diretoria*  
1327 *de Normas sobre o esclarecimento dos critérios para fins de revalidação e das*  
1328 *possibilidades legais a partir desses critérios. Vai trazer mais clareza sobre a nossa*  
1329 *análise e sobre o que o conselho aqui está questionando. Acho que isso é uma questão*  
1330 *de todas as SUPRAM’s.” – Maria de Lourdes – “Bom dia a todos! Excelentíssimo*  
1331 *senhor Dr. Mauro Ellovitch, promotor de justiça do Meio Ambiente em cuja pessoa*  
1332 *cumprimento com igual respeito aos conselheiros e membros deste conselho. Eu vim*  
1333 *aqui me manifestar como cidadã. Eu sou Maria de Lurdes. Sou educadora. Sou de*



1334 *Carmópolis de Minas. Eu vim me manifestar acerca de um processo de desapropriação*  
1335 *de uma área para construção de uma ETE. Esse terreno compreende uma área de 8 mil*  
1336 *m<sup>2</sup>. Fica numa propriedade onde nós temos uma cachoeira, temos rios, córregos,*  
1337 *nascentes nesse terreno. É uma área de preservação permanente e é, porque como tem*  
1338 *rios e córregos, obviamente é uma área de preservação permanente. O terreno possui*  
1339 *esse córrego que o corta ao meio e abastece a propriedade. Tem nascentes, vegetação*  
1340 *ciliar, área pantanosa. Conforme estudos feitos, vocês podem observar nas fotos que eu*  
1341 *trouxe é visível por qualquer cidadão que o lençol freático é superficial. Lá tinha uma*  
1342 *antiga residência. Nós temos uma cisterna que jorra água pura a menos de 2 metros de*  
1343 *profundidade o que facilitaria a contaminação dessa área por esse tratamento de*  
1344 *esgoto devido a quantidade de rejeito que vão se acumular nesse local. De frente ao*  
1345 *terreno pretendido existe um condomínio com cerca de 20 chácaras já em fase de*  
1346 *instalação. Eles já estão construindo e tem ainda um projeto de 40 novas chácaras que*  
1347 *já está em andamento também. Eles têm tratamento de água, energia elétrica, o acesso*  
1348 *é fácil. O que configuraria também que de frente nós temos uma área residencial. O*  
1349 *local, inclusive, devido ao acesso ao povoado é declarado perímetro urbano. Eu vou*  
1350 *ser rápida aqui. O que eu quero questionar é o seguinte. Primeiro que foi montado um*  
1351 *processo e pelo que consta ainda não tem a licença prévia. O Ministério Público*  
1352 *entrevistou e pediu a documentação. Ainda não tem a licença prévia. Eu estou aqui desde o*  
1353 *início. Vi os critérios, os processos. Eu gostaria que quando fosse avaliar essa licença*  
1354 *prévia que essa licença de operação que eu vi que depois também, mas que fosse levada*  
1355 *em consideração o que isso vai trazer para a região. O que isso vai trazer para o local*  
1356 *que já é uma área residencial. Fora isso também a questão ambiental que é o mais forte*  
1357 *que nós temos lá uma cachoeira que é patrimônio do município. É aberta a visitação.*  
1358 *As pessoas frequentam, os banhistas que está lá na foto no telão se vocês quiserem*  
1359 *observar. A terceira coisa que eu gostaria de questionar é a abrangência do projeto.*  
1360 *Uma vez que eu entendo que é um projeto realizado com recursos público deve ter a*  
1361 *finalidade de abranger o número maior de cidadãos. Nesse caso, nessa localidade onde*  
1362 *ele foi escolhido a cerca de 30 a 40 casas após vão ficar sem o tratamento de esgoto.*  
1363 *Pelas análises que nós já fizemos, já levamos técnicos lá para analisar, a declividade*  
1364 *colabora, contribui. Há a possibilidade de analisar outros locais para instalação desse*  
1365 *tratamento de esgoto. Eu vim solicitar, não sei o que eu posso, até que ponto eu posso*  
1366 *ir, mas pedir que vocês analisem essa licença prévia que seja analisada com cautela e*  
1367 *baseado nesses três itens. A outra questão. O pessoal que está após o tratamento de*  
1368 *esgoto que são cerca de 30 famílias, essas pessoas. Vai tratar o esgoto no ponto A, 500*  
1369 *metros depois ou nem isso, o ponto B, as residências adiante vão lançar de volta no rio.*  
1370 *Se a intenção é despoluir, descontaminar e tratar o esgoto, a finalidade do projeto se*  
1371 *perde. Porque se a 500 metros para cima eu tratei, 500 para baixo, mais 30 família vão*  
1372 *devolver isso para o rio. Ainda concebo, entenda a questão das legislações que há aí a*  
1373 *superposição de dois bens públicos. O desenvolvimento sustentável e o Meio Ambiente.*  
1374 *Só que o desenvolvimento sustentável nós podemos analisar outros locais, outras*  
1375 *alternativas locais. O Meio Ambiente não. Nós não podemos transplantar, mudar*  
1376 *de lugar. Ao que consta nos autos ainda não há a LP e peço a esse conselho e a*  
1377 *SUPRAM que observe os danos causados após a fase de operação deste. Muito*  
1378 *obrigada. – Anaximandro – Representante PUC Minas – Comentou sobre a questão da*  
1379 *desapropriação do terreno. “Senhor presidente, o que me assustou na fala dela foi a*  
1380 *questão da desapropriação. Já está em processo de desapropriação? Porque a*  
1381 *desapropriação da área acaba por matar uma das possíveis análises necessárias da*



1382 concessão de licença prévia que é a viabilidade locacional. Para uma eventual  
1383 desapropriação torna essa área rígida do ponto de vista da localização. Pode gerar,  
1384 inclusive, prejuízo para o município. Não sei quem está desapropriando. Se é o  
1385 município mesmo, mas o município corre o risco de pagar por essa área e  
1386 eventualmente sequer ter a licença prévia. Ou então, chegar aqui e utilizar esse  
1387 argumento que já tem a área, que já desapropriou, já gastou, etc., etc., etc. para tentar  
1388 impor essa viabilidade locacional. Não sei o que pode ser feito nesse sentido, porque a  
1389 justificativa para a instalar a estação de tratamento de esgoto não se justifica, sendo  
1390 pleonástico, porque sequer viabilidade local, a viabilidade locacional do ponto de vista  
1391 ambiental não foi analisada ainda.” - Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da  
1392 URC Alto São Francisco – Esclareceu que “não é condição para a obtenção da  
1393 formalização da licença prévia a posse da área, mesmo que ele tenha a posse à  
1394 viabilidade locacional vai ser analisada, caso seja um processo do licenciamento.” –  
1395 Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público – Concordou com o  
1396 conselheiro Anaximandro e com o presidente. “O Ministério Público requisitou da  
1397 Prefeitura protocolar a documentação relativa a eventuais pedido de licença e o que  
1398 ele tinham protocolado aqui. Nós ainda não tínhamos recebido resposta em relação a  
1399 isso. Eu deixei bem claro essa garantia para ela e faço aqui de público. Obviamente  
1400 esse empreendimento que é um empreendimento que depende de EIA-RIMA não pode e  
1401 não vai ser instalado sem que seja feita a análise de alternativas locais. Isso é  
1402 certo. Agora, eu concordo com o professor Anaximandro com essa inversão de ordem.  
1403 Eu não vejo razão para que seja feita uma desapropriação antes que tenham sido  
1404 analisadas as alternativas locais. Em relação ao Ministério Público de Meio  
1405 Ambiente, nós vamos estar apurando essa questão de garantir que não seja instalado  
1406 nada antes de uma análise aprofundada de alternativa local. Quanto à questão de  
1407 desapropriação tem que ser revisto nos procedimentos próprios.” – Paula – SUPRAM  
1408 ASF – Informou que o empreendimento era passível de AAF. “Nós estamos discutindo  
1409 aqui uma ETE em que a vazão que está sendo requerida pela Prefeitura vai cair numa  
1410 Autorização Ambiental de Funcionamento. Se ele passasse a ter licenciamento, o EIA-  
1411 RIMA não existe uma previsão legal para nós solicitarmos. Não vou entrar no mérito  
1412 ainda se vai ser licenciado, se vai pedir ou se não vai pedir. Não existe uma previsão  
1413 legal para ETE, esse aterro sanitário, aterros de forma geral de resíduos. Agora para  
1414 estação de tratamento de esgoto não. É uma denúncia que a SEMAD já recebeu. Tanto  
1415 a Subsecretaria de Regularização quanto a Subsecretaria de Fiscalização. Nesse caso,  
1416 como ele é passível de Autorização Ambiental de Funcionamento a providência que a  
1417 SUPRAM vai tomar é realmente avaliar dentro do processo de intervenção em área de  
1418 preservação permanente a questão local. É um empreendimento de utilidade  
1419 pública, que pode, que existe também uma previsão legal para se fazer essa  
1420 intervenção. Não estou falando que isso vai ser autorizado. Não é isso. só estou  
1421 explicando os caminhos que esse empreendimento pode ter dentro no âmbito da  
1422 regularização ambiental. Só que o que foi declarado pela Prefeitura foi uma vazão  
1423 passível de AAF.” – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público –  
1424 Informou que concessão de AAF para esse tipo de empreendimento é ilegal. “A  
1425 Resolução CONAMA 86 determina a apresentação de EIA-RIMA para tratamento de  
1426 esgoto, salvo engano. Até dar uma conferida no meu computador fechado, mas se ela  
1427 efetivamente exige EIA-RIMA não dá para você conceder AAF para esse tipo de  
1428 empreendimento. Mesmo se for esse o caso o posicionamento do Estado para  
1429 descambar para AAF nós vamos ter que entrar com ação. Em relação à intervenção em



1430 APP. Realmente é passível. Todo mundo sabe que para você ter tratamento de esgoto  
1431 você tem que ter acesso a APP porque senão você não consegue fazer o lançamento do  
1432 efluente tratado e nem a captação. Agora, a questão é da análise da alternativa  
1433 locacional. Realmente essa localização é a mais eficiente? É a menos impactante? É  
1434 isso que nós vamos ter que analisar.” – Roberto Soares Nogueira – Representante  
1435 Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três Marias – Comentou: “Realmente, pela  
1436 apresentação que ela fez aqui isso cabe uma melhor discussão. Agora, tratar esgoto  
1437 também é necessário. Quer dizer, nós temos que fazer um exercício de combinar as  
1438 coisas. Não pode simplesmente falar não. Não vai tratar esgoto. Também, nós  
1439 estaríamos ferindo a lei.” – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério  
1440 Público – Comentou sobre o posicionamento do conselheiro Roberto. “Era uma coisa  
1441 que eu também já tinha falado. Obviamente qualquer estação de tratamento de  
1442 efluentes vai implicar em intervenção em APP. É uma hipótese de interesse público.  
1443 Como eu falei, para captar e lançar efluente ele vai ter que intervir. Agora, nós  
1444 realmente precisamos analisar se essa alternativa que foi apresentada é a mais  
1445 adequada ou não. Eu vou até dar uma. Eu infelizmente fechei o computador. Eu vou  
1446 dar uma revisada na norma que fala da convocação e audiência pública, na próxima  
1447 reunião se for o caso nós lemos uma moção ou um requerimento para a audiência  
1448 pública se for cabível. Se não, posso fazer até pela representação do Ministério Público  
1449 lá de Carmópolis. Realmente, o que eu queria saber era isso, se o caminho é AAF  
1450 mesmo, se for nós vamos ter que adotar outra postura nesse caso.” – Maria de Lurdes –  
1451 Solicitou informações sobre a realização de uma audiência pública. – Mauro da Fonseca  
1452 Ellovitch – Representante Ministério Público – Esclareceu que não tinha essas  
1453 informações e que iria trazer na próxima reunião. – Adalberto – “Meu nome é  
1454 Adalberto. Bom dia e boa tarde para todos! Dr. Mauro. Os conselheiros. Sobre essa  
1455 ETE eu estou dando um apoio a ela. Quero dizer o seguinte. Ela está sendo feita numa  
1456 cabeceira de uma cachoeira. Pelo odor e pelos conflitos que vão haver futuramente  
1457 pelos moradores ao redor, igual eu troquei ideia com uma pessoa que trabalha na ETE  
1458 Onça, que inclusive, há muito abaixo assinado para tirar, igual ele falou, ele trabalha  
1459 para a COPASA. Ele estudou junto comigo na Universidade. Diz ele que vai ser um  
1460 conflito futuro. Eu acho que a prefeitura deve agir de uma norma mais adequada, a fim  
1461 de trazer problemas futuros. Por que? Há uma possibilidade de três lugares melhores  
1462 lá. Eu tinha feito uma avaliação minha. Uma tese minha como gestor ambiental. Antes  
1463 que aconteça certas coisas, a cachoeira também, pela auto depuração ela, às vezes,  
1464 pode ser contaminada. Como o pessoal de Carmópolis tem o seu lazer usufruir essa  
1465 bela cachoeira, daqui uns dias não poderá ir nela. Já perdemos uma lá para a FERLIG  
1466 fazer uma PCH que fecharam a cachoeira. Veio uma pessoa de fora quebrou o  
1467 alambrado onde o Fábio fez essa cachoeira que ninguém vai, ele fez outra vez, passou  
1468 uma tromba d’água, enchente e levou, quer dizer, a sociedade que está perdendo e o  
1469 povo não está sabendo disso na cidade. Porque os governantes chegam e fazer o  
1470 negócio da cabeça deles sem que a sociedade participe. O Direito a Cidadania  
1471 Ambiental é muito importante. Essa cachoeira a proximidade é de 180 metros que vão  
1472 fazer. Porque não fazer embaixo e pegar mais 30 famílias? Declividade para ETE. Que  
1473 ETE é um desenvolvimento, mas não crescimento. O desenvolvimento é sustentável  
1474 desde que ela seja feita na norma adequada. Eu peço a vocês que olhe com carinho,  
1475 com muito amor essa parte dessa ETE lá em Carmópolis. Sobre o município como eu  
1476 citei, tem a EIA-RIMA ou não, isso me preocupa, porque em Passatempo, voltando lá,  
1477 segundo o Dr. Mauro, fiz uma denúncia. A Prefeitura fez a abertura de uma estrada lá



1478 num corredor de 3 km dentro de uma mata de uma mineradora. Se já tem 3 estradas  
1479 que liga a MG-270, porque fazer mais uma? Vou partir para a área sustentável. Vou  
1480 entregar a palavra sustentável, não crescimento. Inclusive eu tenho essas fotos aqui  
1481 também que eu mostro a vocês. Eu fiz a denúncia ao Dr. Mauro. Eu tirei essa foto do  
1482 Google. Quer dizer, olha onde que a área, a estrada vai ser feita. Olha o local para  
1483 você ver. É um corredor ecológico, aonde leva os animais para alimentar, beber água.  
1484 O que acontece? Embaixo ainda tem uma captação de uma ETA. Até liguei para Aline.  
1485 Ela me respondeu por telefone. Uma abertura de uma estrada acima de tantos  
1486 quilômetros tem que ter EIA-RIMA. Eles fizeram e depois nós questionamos a Polícia  
1487 Ambiental. A polícia pouco se deu. Depois eles foram na SUPRAM e pegou o FOB.  
1488 Eles deram a eles. Agora a abertura da estrada em continuidade que vai de Passatempo  
1489 a Jacarandira pelas mineradoras. Está continuando aqui. Aqui são uns 10 km fora os 3  
1490 km que eram corredor ecológico, que nós chamávamos lá de Corredor dos Cavaleiros.  
1491 Lá só passava gente que vinha de São João Del Rei por isso que ficou esse corredor.  
1492 Eles foram lá e abriram, a prefeitura. Se ela tem esse direito de fazer igual essa ETE só  
1493 por FCE sem a autorização de vocês está complicada a parte sustentável. Eu acho que  
1494 deveria ter uma integração, um equilíbrio com a natureza senão vai ficar difícil. Nós  
1495 queremos crescimento, mas o crescimento com o desenvolvimento sustentável. Nessa  
1496 estrada, igual eu estou explicando, tem 3 estradas de chão que liga, inclusive, tem uma  
1497 parte que liga, para que abrir com trator de esteira, retroescavadeira e tal. Eu pedi um  
1498 visto lá da SEMAD, mas eu não fiquei muito de acordo com o visto, porque ele não deu  
1499 tratamento na estrada toda. Só estive nessa pequena área. Houve degradação de  
1500 corredor lá, cada minerador junto com a pessoa da prefeitura continuando jogando  
1501 para o chão. É o seguinte, se tem uma branqueara, vamos abrir com a braqueara. Se  
1502 tem estrada, vamos aproveitar ela. É esse o sistema sustentável. É isso mesmo. Eu  
1503 agradeço vocês todos e espero, tanto na ETE como nessa estrada de rodagem que vocês  
1504 levam mais com carinho e mais amor a profissão de vocês e com boa ética. Obrigado.”  
1505 – Paula – SUPRAM ASF – Fez alguns esclarecimentos: “Em relação à estrada, como é  
1506 a primeira vez que eu estou tomando conhecimento dessa denúncia, vou pedir ao  
1507 senhor Adalberto para poder encaminhar para a SUPRAM para nós analisarmos a  
1508 denúncia e ver de quem é a competência. Se for nossa vamos atestar, se não for, nós  
1509 repassamos para a Subsecretaria de Fiscalização. Vou pedir para ele estar  
1510 encaminhando esse estudo por email para nós já ir encerrando a discussão sobre a  
1511 estrada.” – Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público –  
1512 Esclareceu que “Assim que o senhor Adalberto encaminhou essa informação ao  
1513 Ministério Público nós averiguamos, pela extensão que foi declarada na informação  
1514 dele seria a estrada de licenciamento municipal. Ainda que fosse, interpretando,  
1515 logicamente pela manutenção da estrada. Nós requisitamos informação do município e  
1516 nós pedimos já à Subsecretaria de Fiscalização eu já fiz a requisição e não foi  
1517 atendido. Eu já cheguei a cobrar alguns meses, inclusive. Nós já fizemos a requisição  
1518 para que fosse lá nesse local e averiguar. Inclusive, na requisição nós fizemos até um  
1519 questionário de diversas questões ambientais. Como, por exemplo, o impacto, a  
1520 vegetação ambientalmente protegida e esses outros fatores de impacto. Eu estou no  
1521 aguardo do retorno da Subsecretaria de Fiscalização para poder tomar qualquer  
1522 providência. Já expliquei isso para o senhor Adalberto da outra vez. Em relação,  
1523 voltando a ETE, senhor Adalberto, você me permite só um minutinho, vou voltar  
1524 naquela questão da ETE. Eu dei uma analisada aqui. Realmente na Resolução  
1525 CONAMA não fala de ETE. Ele fala de emissários só de esgoto, sistema de emissários,





1526 *mas questão da audiência pública ela é possível sim. Pessoal, só chamar atenção,*  
1527 *porque vocês me perguntaram isso. A DN COPAM 12/94 permite que o presidente da*  
1528 *URC convoque a audiência pública mesmo para empreendimentos que não sejam*  
1529 *dependentes de EIA-RIMA. Eu já vou aproveitar e devida a demanda e pedir para que*  
1530 *os conselheiros, vou apresentar aqui meu pedido para que o presidente da URC faça a*  
1531 *convocação. Se o senhor quiser colocar em votação também para os demais*  
1532 *conselheiros, mas convocar esse empreendimento a apresentação de audiência*  
1533 *pública.” – Anaximandro – Representante PUC Minas – Sugeriu que o conselheiro*  
1534 *Mauro convocasse para o licenciamento e colocasse na pauta da próxima reunião. –*  
1535 *Mauro da Fonseca Ellovitch – Representante Ministério Público –Esclareceu: “Na*  
1536 *Resolução CONAMA 327, ele fala que identificado hipótese de significativo impacto,*  
1537 *pode ser convocado o licenciamento pelo órgão ambiental competente. Nós podemos*  
1538 *fazer uma moção para que o estado faça essa convocação do licenciamento. Vamos ver*  
1539 *essa questão da audiência pública. Se o presidente da URC não puder convocar, eu*  
1540 *acho que uma requisição minha na próxima nós encaminhamos aqui e eu encaminho*  
1541 *para o plenário e a SUPRAM organiza a realização dessa audiência. Até para,*  
1542 *inclusive, para trazer elementos para nós podermos subsidiar eventual pedido de*  
1543 *convocação para o licenciamento.” – Não identificou – “Acho que independente da*  
1544 *audiência pública nós deveríamos solicitar a convocação para o licenciamento. Em*  
1545 *virtude da localização, do potencial de impacto, eu acho que uma coisa não depende da*  
1546 *outra. Nós podemos ver na próxima reunião pedindo a SUPRAM que seja convocada*  
1547 *esse empreendimento ao licenciamento ambiental.” – Paula – SUPRAM ASF –*  
1548 *Esclareceu que “qualquer convocação ao licenciamento ambiental nós temos que ter*  
1549 *respaldo técnico e jurídico para subsidiá-lo. Não é um pedido simples como uma baixa*  
1550 *em diligência que nós poderíamos trazer numa outra reunião essas sugestões. Para*  
1551 *convocação do licenciamento nós temos que ter argumentos para isso. Porque eu*  
1552 *tiraria o empreendimento de uma Autorização Ambiental de Funcionamento que*  
1553 *também é um instrumento de regularização do estado para trazer para o licenciamento.*  
1554 *Eu acho que a realização da audiência pública também pode subsidiar essa*  
1555 *convocação.” – Edécio Ferreira – Representante FAEMG – Solicitou ao presidente:*  
1556 *“Eu sei que o presidente efetivo da URC, a demanda pelo trabalho dele é muito grande*  
1557 *e ele dificilmente pode comparecer. O senhor, quando comparece substituindo-o,*  
1558 *entendo que o senhor vem pleno com todos os poderes. Essa limitação que é imposta*  
1559 *aqui tem que ser levada a ele. Eu repudio veementemente e gostaria, da minha parte,*  
1560 *que o senhor viesse aqui coberto de todos os poderes inerentes ao cargo de presidente*  
1561 *dessa URC. Gostaria e desejo que isso ocorra pela maneira firme, ponderada com que*  
1562 *o senhor dirige as nossas reuniões.” – Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da*  
1563 *URC Alto São Francisco – Respondeu ao conselheiro: “Não se trata de ter poder para*  
1564 *tomar decisão e sim o entendimento do que trata a norma sobre a possibilidade desse*  
1565 *conselho convocar. Eu participo de outro conselho no sul de Minas onde lá o*  
1566 *entendimento é que o conselho não tem autonomia, a URC não tem autonomia para*  
1567 *fazer. Não. Para fazer a convocação ao licenciamento. Estamos falando de dois*  
1568 *assuntos. Um é a convocação e o outro a audiência pública. São dois assuntos distintos.*  
1569 *Quando nós falamos da convocação há uma divergência de entendimento sobre a*  
1570 *possibilidade desse conselho fazer a convocação. Nós estamos alinhando isso. Isso foi*  
1571 *discussão semana passada. Com respeito à audiência pública. A convocação, por si só*  
1572 *da audiência pública ela tem que ser justificada, como a Paula disse. Não adianta vir*  
1573 *aqui, por mais cheio de razão que esteja fazer essa solicitação. Nós temos que avaliar*



1574 *questão e eu não vou tomar essa atitude de momento. A não ser que estejam dispostos*  
1575 *os fatos aqui e acompanhados do aval da equipe técnica.” Lembrou ainda: “A*  
1576 *realização de audiência pública prevê a apresentação de estudo ambiental. Não é*  
1577 *somente consultar as opiniões de quem está sendo afetado ou beneficiado por aquele*  
1578 *empreendimento. Se nós estamos tratando de um empreendimento sujeito a Autorização*  
1579 *Ambiental de Funcionamento o que vai ser apresentado lá?” Esclareceu também: “Nós*  
1580 *conhecemos o conteúdo do que é Autorização Ambiental de Funcionamento. A não ser*  
1581 *que haja uma convocação ao licenciamento da atividade, não cabe a audiência pública.*  
1582 *Nós vamos ficar discutindo o que lá? O que acompanha a Autorização Ambiental de*  
1583 *Funcionamento? É uma ART, um termo de responsabilidade e uma declaração*  
1584 *municipal. Basicamente é isso. Vai ter lá, um técnico atestando que a área está ok. O*  
1585 *Prefeito assumindo a cumprir a legislação ambiental. Não tem outro documento. É uma*  
1586 *certidão de localização. Isso vai ser apresentado a população? Primeiro tem que pedir*  
1587 *a convocação. O quê vai ser apresentado?” – Paula – SUPRAM ASF – Informou que a*  
1588 *SUPRAM iria avaliar a questão. “Nós vamos trazer essa resposta para o conselho na*  
1589 *próxima reunião. Eu queria endossar a fala do Luciano que existe uma divergência de*  
1590 *entendimento na própria, de interpretação do que seria a convocação. Nós sequer*  
1591 *temos o entendimento comum do que seja essa plenária ou a plenária do COPAM. Pelo*  
1592 *princípio da precaução, Edécio, nós nos resguardamos conforme o procedimento*  
1593 *adotado pelo Luciano sim. Eu trago essa resposta na próxima reunião tendo em vista*  
1594 *que nós já fizemos de outros empreendimentos que foram passíveis de AAF também.” -*  
1595 **Item 17 - Encerramento - Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto**  
1596 **São Francisco** – Informou ao senhor Adalberto que fizesse os questionamentos formais  
1597 para que a SUPRAM pudesse analisar e que seria discutido na próxima reunião. Não  
1598 tendo mais nada a ser tratado, agradeceu a todos e encerrou a reunião às 12 horas e 45  
1599 minutos.

1600  
1601  
1602  
1603  
1604  
1605

Danilo Vieira Junior  
Secretário-Adjunto de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
e Presidente da URC/COPAM Alto São Francisco